



MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ

BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO
NO MUNICÍPIO DE
RIO BONITO
2000-2011

EXPEDIENTE E CRÉDITOS

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS PETROBRAS

Wilson Guilherme Ramalho da Silva - Gerente Executivo do Abastecimento Programas Geral de Investimentos AB/PGI/Comperj
Valter Shimura - Gerente Geral de Implantação do Comperj
Aline Duarte Henriques - Profissional de Comunicação Social Pleno
Beatriz Andrade do Patrocínio - Administrador Júnior

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RobertodeSouzaSalles - Professor Reitor da UFF
Regina Bienenstein - Profa. Dra. da Escola de Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU/UFF e Coordenadora do Projeto Preposta pela UFF
Edna Yokoo - Profa. Dra. do Instituto de Saúde da Comunidade da UFF
Eduardo Bulhões - Prof. Dr. do Instituto de Geociências da UFF
Jorge Nassim Vieira Najjar - Diretor e Prof. Dr. da Faculdade de Educação da UFF
Jorge Nogueira de Paiva Brito - Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFF

ONU-HABITAT

Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONU-HABITAT/ROLAC
Dr. Elkin Velásquez - Diretor do Escritório Regional
Dr. Alain Grimard - Oficial Principal
Msc. Rayne Ferretti - Coordenadora de Programas
Dr. Oscar Fernando Marmolejo Roldan - Coordenador do Projeto
Doutoranda Daniela Amaral - Assistente da Coordenação do Projeto
Msc. Gabriel Bayarri Toscano - Estagiário
Msc. Alexander Panéz Pinto - Estagiário

PESQUISA, ANÁLISE E DOCUMENTAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Faculdade de Economia

Prof. Dr. Jorge Nogueira de Paiva Britto, *Prof. Dr. Carlos E. Guanziroli*, *Prof. Dr. Daniel Ribe-*

ro, *Prof. Dr. Claudio Considera*, *Prof. Dr. Leonardo Mulls*, *Prof. Dr. Luciano Losekan*, *Prof. Dr. Marco Vargas*, *Prof. Dr. Alberto Di Sabba-*
to, *Prof. Dr. Fabio Stallivieri*, *Profa. Ludimilla Viana*, *Msc. Carolina Cabral*, *Fernanda Nogueira* e *Dr. Mauricio Vasconcellos* (Consultor Estatístico IBGE-ENCE).

Faculdade de Educação

Prof. Dr. Jorge Nassim Vieira Najjar, *Profa. Dra. Flávia Monteiro de Barros Araújo*, *Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento*, *Msc. Aline Javarini*, *Msc. Sheila do Nascimento Dassié*, *Alexandre Mendes Najjar*, *Derekson Rodrigues da Silva Dantas*, *Leonardo Dias da Fonseca* e *Márcia Marins*.

Instituto de Geociências

Prof. Dr. Guilherme Fernandez, *Prof. Dr. Eduardo M. R. Bulhões*, *Prof. Dr. Raul Vicens*, *Msc. Felipe Mendes Cronemberger*, *Msc. Lidice Cabral do Nascimento*, *Msc. Silvio Roberto de Oliveira Filho*, *Maria Luisa da Fonseca Pimenta*, *Mariana Silva Figueiredo*, *Pedro Ivo Bastos de Castro*, *Rômulo Weckmuller Vieira*, *Caio Luiz Muniz Monteiro do Amaral* e *Maria Angélica Rabello Quadros*.

Instituto de Saúde da Comunidade

Profa. Dra. Edna Massae Yokoo, *Profa. Dra. Hélia Kawa*, *Profa. Dra. Sandra Costa Fonseca*, *Dra. Andréa Sobral de Almeida*, *Dra. Ana Paula da Costa Resende*, *Msc. Márcia Lait Morse*, *Msc. Fábila Albernaz Massarani* e *Msc. Waldemir Paixão Vargas*.

Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU/UFF

Profa. Dra. Regina Bienenstein, *Profa. Msc. Eloisa Helena Barcelos Freire*, *Msc. Ana Luiza Toffano*, *Nathur Duarte Pereira Junior*, *Thyago Araújo*, *Natália Coelho de Oliveira*, *Nayana Corrêa Bonamichi*, *Julia Vilela Caminha*, *Raama Crevelande*, *Gabriel de Azevedo Franco*, *Tiago Cargnin Gonçalves*, *Rafael Drumond*, *Rafaela Carvalho*, *Karinna de Aquino Paz*, *Felipe de Souza Gonçalves* e *Prof. Dr. Cássio Freitas Pereira de Almeida* (Consultor Estatístico IBGE-ENCE).

GERÊNCIA FINANCEIRA

Profa. Dra. Mirian Assunção de Souza Lepsch - Presidente da Fundação Euclides da Cunha (FEC)
Patrícia Marthins - Coordenação financeira pela UFF

PROJETO GRÁFICO

Instituto de Arte e Comunicação Social - IACS/UFF - Laboratório de Livre Criação
Profa. Dra. Rosa Benevento e *Msc. Joana Lima*

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

ONU-HABITAT/ROLAC

Oscar Fernando Marmolejo Roldan e *Daniela Amaral*

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Profa. Dra. Edna Massae Yokoo, *Prof. Dr. Eduardo Manoel Rosa Bulhões*, *Prof. Dr. Jorge Brito*, *Prof. Dr. Jorge Nassim Vieira Najjar* e *Profa. Dra. Regina Bienenstein*

EDITORA EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9 - anexo | sobreloja - Icarai | CEP 24220-900 Niterói, RJ - Brasil
(21) 2629-5287 - Telefax (21) 2629-5288
www.editora.uff.br | eduff@vm.uff.br

Reitor da UFF - Prof. Dr. Roberto de Souza Salles
Vice-Reitor da UFF - Prof. Dr. Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Prof. Dr. Antonio Claudio Lucas da Nóbrega
Pró-Reitor de Extensão - Prof. Dr. Wainer da Silveira e Silva

Diretor da EdUFF - Prof. Dr. Mauro Romero Leal Passos

Revisores:

Cynthia Paes Virginio - EdUFF

Icléia Freixinho - EdUFF

Maria das Graças C. L. L. Carvalho - EdUFF

Sônia de Oliveira Peçanha - EdUFF

Tatiane de Andrade Braga - EdUFF

Rozely Campello Barroco - EdUFF

Daniela Amaral - ONU-HABITAT/ROLAC

ISBN - 978-85-228-0924-0

AGRADECIMENTOS

Os responsáveis pelo projeto gostariam de agradecer a todas as instituições citadas neste documento pela gentil colaboração na elaboração deste boletim. Nosso reconhecimento pela inestimável contribuição neste projeto ao Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF); ao Diretor do Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ONU-HABITAT/ROLAC); ao Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) e Prefeito do Município de Itaboraí, Sr. Helil Cardozo; ao Ex-Presidente do Conleste, Sr. Carlos Pereira; ao Diretor Executivo do Conleste, Sr. Álvaro Adolpho Tavares dos Santos; ao Fórum Comperj; à Fundação Euclides da Cunha (FEC); aos Srs. Erik Vittrup Christensen e Alain Grimard (Oficiais Principais da ONU-HABITAT/ROLAC), a Fabiana Araújo, João Meirelles, Gabirel Baiarri e Alexander Panéz (Estagiários da ONU-HABITAT/ROLAC); aos Prefeitos, Secretários, Subsecretários e Equipes Técnicas das Prefeituras Municipais; às Associações de Moradores, às Agendas 21 e à população dos onze municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) envolvidos neste projeto e localizados na área de influência do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - Comperj (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá).

**MONITORAMENTO DE INDICADORES
SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DO
ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO
DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ**

**BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO
NO MUNICÍPIO DE
RIO BONITO
2000-2011**



M744 Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro: COMPERJ: boletim eletrônico de acompanhamento no município de Rio Bonito: 2000-2011 / ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. — Niterói: Editora da UFF, 2013.

1 CD-ROM (v. 1)
ISBN 978-85-228-0924-0

1.Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - Indicadores. I. ONU-HABITAT.
II. Universidade Federal Fluminense.

CDD 338.766

PREFÁCIO

O COMPERJ E O CONLESTE¹ – EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA OS ONZE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO LESTE FLUMINENSE

A iniciativa da Petrobras de investir na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) no município de Itaboraí trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, habitacional, ambiental, urbanística, de mobilidade, segurança, ordenamento territorial, educação e saúde em toda a região.

Nesse contexto, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - Conleste, surge como o instrumento capaz de viabilizar parcerias e alianças intermunicipais, a fim de propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, buscando minimizar os aspectos negativos e potencializar os aspectos positivos do Comperj. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável de 15 municípios da região leste fluminense, a saber: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis.

Em 11 municípios² do Conleste, que estão na região de influência do Comperj, garantir impactos positivos do empreendimento pode contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), sendo necessário implementar ações relativas a políticas públicas de caráter local e regional, definidas a partir de uma agenda integrada.

A PETROBRAS E O PACTO GLOBAL DA ONU

Em sua trajetória, a Petrobras destaca-se como pioneira ao aderir aos princípios do Pacto Global da ONU e assumir compromissos para que os Objetivos e as Metas do Milênio orientem sua política de responsabilidade social e empresarial. Nesse sentido, a partir do anúncio da implantação do Comperj em Itaboraí, a Petrobras desenvolve um projeto pioneiro no mundo: o monitoramento dos indicadores socioeconômicos (ODMs) dos 11 mu-



nicipios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Este projeto é uma parceria da Petrobras com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT).

O PROJETO DE MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO COMPERJ

O projeto tem como objetivo monitorar a evolução dos indicadores socioeconômicos e ambientais da região do Comperj e construir um banco de dados georreferenciado a partir dessas informações. Os Objetivos, as Metas e os Indicadores do Milênio constituem-se como elementos norteadores deste projeto e como referências para os governos locais no planejamento de suas políticas públicas, de modo que permitam inserir a região do Conleste em um processo de desenvolvimento sustentável.

O projeto já está na segunda fase (2011-2013). Na primeira fase (2007-2010) foi realizado um processo participativo com diversos atores da região do Conleste a fim de adaptar os Objetivos, os Indicadores e as Metas do Milênio. Esse processo culminou com o estabelecimento de 8 Objetivos, 23 Metas e 60 Indicadores. Considerando-se que o ODM 8 não se aplicava ao escopo do projeto, foi elaborado um Objetivo adicional, o ODM 9, enunciado como se segue: “Acelerar o Processo de Desenvolvimento Local com Redução de Desigualdades na Região de Influência do Comperj”.

A adaptação dos Objetivos e dos Indicadores do Milênio foi validada entre as equipes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da ONU-HABITAT, com a participação de gestores locais do Conleste. A UFF participou nesse processo com especialistas da Faculdade de Economia, da Faculdade de Educação, do Instituto de Geociências, do Instituto de Saúde da Comunidade, da Escola de Arquitetura e Urbanismo e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU). O processo de adaptação de indicadores norteou-se pelos seguintes critérios:

¹ O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense – Conleste surge inicialmente com uma conformação de 11 municípios (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá). Atualmente se integram ao Conleste 15 municípios (incluindo recentemente os municípios de Araruama, Nova Friburgo, Saquarema e Teresópolis).

² Os 11 municípios localizados no entorno do Comperj são aqui neste boletim denominados como Municípios Influenciados pelo Comperj (MIC).

• Manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU;

• Seleção de indicadores diretamente relacionados e sensíveis à Meta;

• Seleção de indicadores passíveis de atualização periódica e com série histórica disponível a partir de 1990;

• Utilização de bases de dados e metodologias consolidadas.

O princípio norteador do projeto é o direito pleno à cidade, que pressupõe a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios do Conleste, em consonância com os ODMs e com os princípios do Pacto Global da ONU.

Entre os indicadores do Milênio monitorados no contexto desse projeto, vale destacar a evolução das cadeias produtivas instaladas na região, o fluxo de matrícula escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, de mortalidade infantil, de doenças de maior incidência e de violência, a evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas de preservação ambiental.

Esta publicação tem como objetivo principal apresentar as informações e os resultados das análises realizadas sobre cada Município da Área de Influência do Comperj, no período compreendido entre 2000 e 2011. Como objetivo específico, busca-se subsidiar os gestores locais e a sociedade civil em geral com a inédita e complexa pesquisa realizada para a região, cujo propósito é identificar e compreender as alterações em curso a partir da implantação do Comperj e, desta maneira, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e do processo de planejamento.

A pesquisa abrange o monitoramento de 24 metas e 62 indicadores baseados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para 11 dos 15 municípios que hoje integram o Conleste. Portanto, tem como público alvo os gestores públicos, a sociedade civil, instituições de ensino e de pesquisa e demais técnicos e estudiosos interessados no tema.

Este Boletim reúne a análise relativa à parte das Metas estabelecidas para serem alcançadas até o ano de 2012 e

indicadores tratados na pesquisa. Dentre os 62 indicadores estudados, aqui são abordados os seguintes:

- Distribuição de domicílios abaixo da linha da pobreza;
- Taxa de matrícula escolar líquida dos ensinos fundamental e médio;
- Taxas de distorção idade/série e idade/conclusão nos ensinos fundamental e médio;
- Taxas de gênero na matrícula e conclusão dos ensinos fundamental e médio;
- Taxa de matrícula no ensino técnico de nível médio;
- Participação feminina no mercado de trabalho;
- Diferencial de remuneração por gênero;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de 5 anos de idade;
- Mortalidade materna;
- Proporção de tipos de partos assistidos por profissionais de saúde;
- Taxa de incidência de tuberculose;
- Proporção de áreas cobertas por florestas;
- Proporção de áreas protegidas em unidades de conservação;
- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a rede de água e esgoto oficial;
- Percentual de área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos;
- Percentual de área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana dos municípios;
- Percentual de domicílios em assentamentos precários em relação ao total de domicílios urbanos dos municípios;
- Percentual de assentamentos precários regularizados em relação ao total de assentamentos precários dos municípios;
- Percentual de assentamentos precários urbanizados em relação ao total de assentamentos precários dos municípios;
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais por famílias com renda até 6 salário mínimos, em relação ao total de domicílios existentes em assentamentos precários nos municípios.

PREFACE

COMPERJ AND CONLESTE³: EXPECTATIONS AND CHALLENGES OF THE ELEVEN MUNICIPALITIES OF RIO DE JANEIRO'S EAST REGION

The Petrobras initiative to invest in the implementation of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (Comperj) in the city of Itaboraí is expected to change significantly many aspects of the region, related to its economy, population, housing infrastructure, environment, urban mobility, public safety, education and public health.

In this context, the Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – Conleste, was established as a mechanism for regional partnerships and alliances. Conleste aims to solve, in an integrated manner, problems that are common to the 11 municipalities, hence minimizing the negative impacts of the Comperj in the region, and maximizing its positive effects. The Consortium performs a central role in integrating and establishing public policies oriented towards the promotion of sustainable development in the 15 municipalities of the east region of the State of Rio de Janeiro: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá and Teresópolis.

In the 11 municipalities⁴ of the Conleste, that are part of the region of influence of Comperj, to ensure positive impacts of the project means to contribute to the achievement of the Millennium Development Goals (MDGs), being necessary the implementation of actions related to local and regional policies, which are defined by an integrated agenda.

PETROBRAS AND UN'S GLOBAL COMPACT

Historically, Petrobras has emerged as a pioneer in adhering to UN's Global Compact international principles and commitments, adopting the Millennium Development Goals as a central reference point for their corporate social responsibility agenda. From the announ-



cement of the Comperj in Itaboraí, Petrobras sensed the need to develop an innovative project: monitoring of the socioeconomic impacts, based on the MDGs, caused by the industrial activity in the region surrounding the Comperj. This project is conducted in partnership with the United Nations Program for Human Settlements (UN-HABITAT) and the Universidade Federal Fluminense (UFF).

MONITORING OF THE SOCIOECONOMIC INDICATORS IN THE SURROUNDING MUNICIPALITIES OF THE COMPERJ

The Project aims to monitor the evolution of socioeconomic and environmental indicators in Comperj's surrounding region and, to develop a geo-referenced database from this indicators. The monitoring of the Millennium indicators shall act as a reference for local governments in the planning of their public policies, promoting the sustainable development of the region.

The project is already in its second phase (2011-2012). During the first phase (2007-2010) a participative process took place involving the most relevant actors of the region of Conleste, in order to adapt the Millennium Goals, Indicators and Targets to the local reality. This process has resulted in the establishment of 8 Goals, 23 Targets and 60 Indicators. Considering that the MDG 8 did not apply to the scope of the Project, an additional Goal was established: "MDG 9 – Acceleration of the Process of Local Development with Reduction of Inequalities in the Region of Comperj".

The adaptation of the Millennium Goals and Indicators to the local reality was validated by the UN-HABITAT team and the Universidade Federal Fluminense (UFF), as well as by local authorities of Conleste. UFF has contributed to this process with experts from the following fields: Faculty of Economy, Faculty of Education, Institute of Geosciences, Institute of Community Health, School of Architecture and Urbanism and the Center of Urban and Housing Research and Design (NEPHU). The adaptation process was oriented by the following criteria:

³ The Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – Conleste, firstly emerged as a joint effort of 11 municipalities (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá) and is currently integrated by 15 municipalities (4 other municipalities joined the consortium at a later moment: Araruama, Nova Friburgo, Saquarema and Teresópolis).

⁴ The 11 municipalities surrounding Comperj are here in this bulletin denominated Municipalities influenced by Comperj (MIC).

• Maintenance or closest approximation to the indicators suggested by the UN;

• Selection of indicators directly related to the target (Sensible to required changes);

• Selection of indicators which may be periodically updated, with data available from 1990;

• Use of well-established databases and methodologies.

The key principle of this project is to guarantee the right to the city to its inhabitants, which presupposes the eradication of poverty and the overall improvement of life quality in the region, according to the MDGs and the principles of UN's Global Compact.

Among the Millennium Indicators monitored in this project, it is worth to highlight the following: the evolution of local economic clusters, flows of students in public schools, maternal health, incidence of child mortality, high prevalence diseases, urban violence, as well as the monitoring of low-income settlements, land-use and zoning, environmental sanitation and areas of environmental protection.

This publication's main objective is to present information and results of analyzes performed on each municipality in the Area of Influence Comperj in the period comprehended between 2000 and 2011. The specific objective is to subsidize local managers and civil society in general, using the unprecedented and complex research of the region, the purpose is to identify and understand the changes ongoing since the implementation of Comperj and thus contribute to the improvement of public policy and planning process.

The research covers the monitoring of 24 targets and 62 indicators based on the Millennium Development Goals for 11 of the 15 municipalities that integrates Conleste nowadays. Therefore, it has as target the managers, civil society, educational institutions and other technicians and scholars interested in the subject.

This newsletter brings together the analysis on the part of the Goals set to be achieved by the year 2012 and agreed in the survey indicators. Among the 62 indicators analyzed, the following were discussed:

• Households below the poverty line distribution;

• Educational rates of age / grade and age / completion in primary and middle term;

• Rates of gender in enrollment and completion of primary and secondary education;

• Enrollment rates in technical schools;

• Female participation in the labor market;

• Gender pay gap;

• Infant mortality rate;

• Proportion of admissions due to respiratory diseases in children under 5 years old;

• Maternal mortality;

• Proportion of types of deliveries assisted by health professionals;

• Tuberculosis case incidence rates;

• Proportion of areas covered by forests;

• Proportion of protected areas inside conservation units;

• Percentage of individual households with access to official urban water supply and sanitation;

• Percentage of urban area with access to solid waste collection;

• Percentage of area occupied by slums in the urban area of the municipalities;

• Percentage of households in slums in relation to the total urban households in the municipalities;

• Percentage of slums regularized in relation to total slums in the cities;

• Percentage of slums urbanized in relation to total slums in the cities;

• Percentage of regular housing produced through official programs for families with incomes up to 6 minimum wage in relation to total households in slums in the cities;

SUMÁRIO

ODM 1 ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME	11
ODM 2 UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL.....	14
ODM 3 PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES.....	26
ODM 4 REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA.....	29
ODM 5 MELHORAR A SAÚDE MATERNA	32
ODM 6 COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS	35
ODM 7 GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	39
ODM 9 ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO COMPERJ.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61



NOTA SOBRE O PROJETO GRÁFICO

Os coletivos humanos tendem a se organizar em torno de necessidades pontuais e efêmeras, o que torna o fenômeno urbano algo múltiplo, complexo e polifônico. O projeto gráfico elaborado procura reproduzir essa multiplicidade, que é a vida fervilhante dos coletivos, nas pinceladas irregulares e cheias de textura. Enquanto isso, aponta, nos quadrados transparentes e coloridos, para a disciplina do estudo presente, que procura, por meio de objetivos e indicadores, descobrir e ordenar padrões que norteiem o crescimento sustentável dos municípios estudados.

Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento
Laboratório de Livre Criação
Instituto de Arte e Comunicação Social - UFF

**1****ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA**

ODM1

ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Jorge Nogueira de Paiva Britto¹; Carlos E. Guanziroli²; Daniel Ribeiro³; Claudio Considera⁴; Leonardo Mulls⁵; Luciano Losekan⁶; Marco Vargas⁷; Alberto Di Sabbato⁸

META 1A

Reduzir a um quarto, entre 2000 e 2012, a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal, na região dos MIC.

Indicadores:

- Participação dos 20% mais pobres da população na renda dos municípios
- Distribuição das pessoas abaixo da linha da pobreza (entre os 10% mais pobres e os 1% mais ricos)

¹ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

² Professor Associado IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

⁴ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁵ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

⁶ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

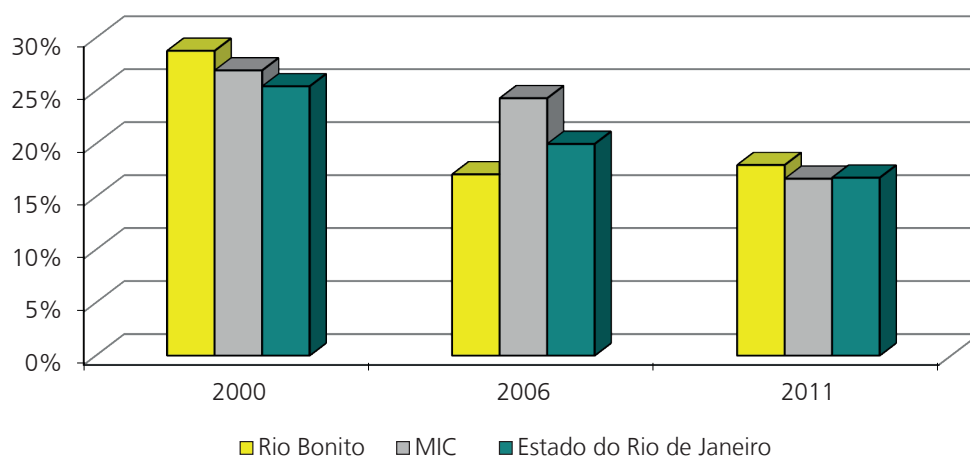
⁷ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁸ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

O ODM 1, cujo objetivo é erradicar a extrema pobreza e a fome, tem como meta principal reduzir a um quarto, entre 2000 e 2012, a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal. Neste sentido, os indicadores abaixo ganham especial relevância por quantificar o nível de pobreza (linha de pobreza – LP⁹) e qualificá-lo mediante a análise da concentração de renda (relação entre a renda *per capita* do 1% mais rico e dos 20% mais pobres). Diante disso, observa-se que o município de Rio Bonito apresentou durante boa parte do período analisado (de 2004 a 2010), uma proporção relativamente menor de domicílios abaixo da linha de pobreza do que a média dos municípios da área de influência do Comperj (MIC). Entretanto, em 2011 este quadro se inverteu, tendo o município de Rio Bonito apresentado uma proporção de 18%, enquanto a região do

MIC apresentou proporção de 16,7%. Em relação aos demais municípios estudados (região dos MIC), Rio Bonito se manteve na sexta melhor posição, entre 2000 e 2011 (de 28,8% para 18%, respectivamente), o que significa uma queda de 10,8 pontos percentuais em termos de domicílios abaixo da linha de pobreza. Quando analisamos, para o ano de 2011, o percentual de pessoas existentes nos domicílios classificados com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza (que equivale a 19,8% da população), verifica-se que o município de Rio Bonito alcançou a meta de reduzir a pobreza de forma que a mesma não supere os 25% do total da população.

Domicílios abaixo da linha de pobreza (LP) segundo a renda *per capita* das famílias em 2000, 2006 e 2011*



*Para 2000, os dados são do Censo 2000. Entre 2001 e 2009 os dados são do Censo 2000, extrapolados/estimados a partir das informações da Pnad (de cada ano). Em 2010, os dados são do Censo 2010. Já em 2011, os dados são do Censo 2010, atualizados/estimados com base nas informações da Pnad para este ano.

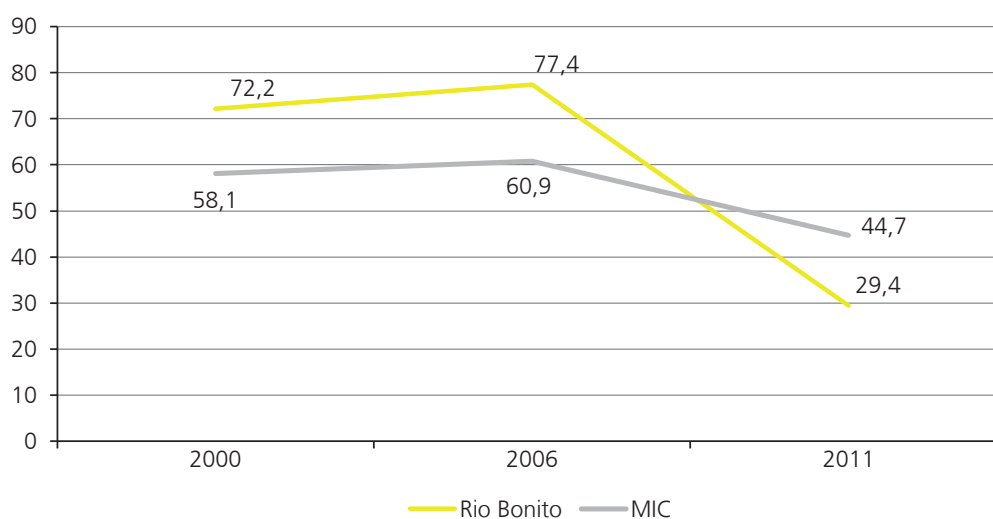
Fonte: IBGE (Pnad, Censo 2000 e 2010).

9 Empregamos neste estudo as linhas de pobreza para o Estado do Rio de Janeiro fornecidas pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que apesar de apresentarem certa discrepância em relação ao parâmetro estipulado pela meta (meio salário mínimo mensal) se mostraram mais adequadas à realidade da região (para maiores detalhes, ver produto 1A-3/ODM 1).

Com o intuito de qualificar a distribuição de renda no município de Rio Bonito, analisa-se a relação entre a renda *per capita* do 1% mais rico e dos 20% mais pobres. Este indicador tem por objetivo demonstrar quantas vezes a renda *per capita* do estrato de renda mais rico (1% mais rico) é maior do que a renda *per capita* do estrato de renda mais pobre (20% mais pobres). Diante disso, nota-se que o município de Rio Bonito registrou uma queda no grau de concentração de renda entre os anos de 2000 e 2011, embora tenha sido registrado um aumento neste indicador no período 2000-2006. Em comparação com o conjunto de localidades que compõem a região dos MIC, Rio Bonito demonstra uma situação de maior equidade no que diz respeito à distribuição de renda entre os estratos analisados. Com isso, em 2011, Rio Bonito ficou na quarta posição em termos de menor

grau de concentração de renda, com o indicador sugerindo que um indivíduo pertencente ao estrato do 1% mais rico possui uma renda 29,4 vezes maior do que a renda de um indivíduo integrante do estrato dos 20% mais pobres.

Relação entre a renda *per capita* do 1% mais rico e dos 20% mais pobres em 2000, 2006 e 2011*



*Para 2000, os dados são do Censo 2000. Entre 2001 e 2009 os dados são do Censo 2000, extrapolados/estimados a partir das informações da Pnad (de cada ano). Em 2010, os dados são do Censo 2010. Já em 2011, os dados são do Censo 2010, atualizados/estimados com base nas informações da Pnad para este ano.

Fonte: IBGE (Pnad, Censo 2000 e 2010).

**2**

**EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS**

ODM2

UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Jorge Nassim Vieira Najjar¹⁰; Crisóstomo Lima do Nascimento¹¹; Márcia Marins¹²

META 3A

Garantir que, até 2012, as crianças de toda a região dos MIC, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Fundamental
- Taxa de gênero nas matrículas do Ensino Fundamental
- Taxa de gênero dos concluintes do Ensino Fundamental

META 3B

Garantir a ampliação da cobertura no Ensino Médio, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Médio
- Taxa de gênero nas matrículas do Ensino Médio
- Taxa de gênero dos concluintes do Ensino Médio

META 3C

Garantir a ampliação da cobertura na educação técnica profissional, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de matrícula do Ensino Técnico de nível médio, por dependência administrativa
- Taxa de matrícula do Ensino Técnico de nível médio por matrícula do ensino médio
- Taxa de matrícula escolar da educação profissional, segundo o eixo tecnológico, nos cursos técnico-profissionais de nível médio e nos cursos profissionais do Senai e do Senac
- Taxa de matrícula dos cursos do Centro de Integração do Comperj, segundo área profissional

¹⁰ Doutor em Educação. Professor Associado da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹¹ Doutor em Educação. Mestre em psicologia. Professor associado da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹² Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino, nos MIC, 2011

Município	Total de Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos	Indicador
Cachoeiras de Macacu	1.792	7.255	24,70%
Casimiro de Abreu	1.593	5.323	29,93%
Guapimirim	1.898	6.310	30,08%
Itaboraí	10.582	32.621	32,44%
Magé	12.429	35.453	35,06%
Maricá	4.782	14.763	32,39%
Niterói	19.534	52.326	37,33%
Rio Bonito	2.332	7.635	30,54%
São Gonçalo	35.962	98.129	36,65%
Silva Jardim	663	3.107	21,34%
Tanguá	1.062	3.949	26,89%
MIC	92.629	266.871	34,71%
Rio de Janeiro	643.396	1.952.852	32,95%

Fonte: Inep.

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino, Rio Bonito, 2011

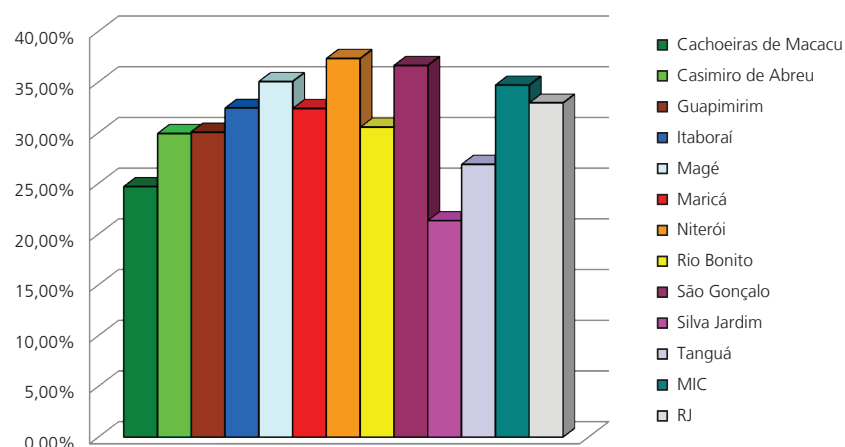
Ano de Escolaridade	Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos com Determinada Idade	Indicador
1ª (6 anos)	229	231	99,13%
2ª (7 anos)	183	769	23,80%
3ª (8 anos)	153	784	19,52%
4ª (9 anos)	198	766	25,85%
5ª (10 anos)	303	917	33,04%
6ª (11 anos)	377	1.019	37,00%
7ª (12 anos)	327	1.067	30,65%
8ª (13 anos)	307	1.017	30,19%
9ª (14 anos)	255	1.065	23,94%
Total de Alunos	2.332	7.635	30,54%

Fonte: INEP.

Rio Bonito é um dos municípios que compõe a região dos Municípios de Influência do Comperj (MIC), próximo ao município de Itaboraí, no qual o complexo será instalado. Por fazer parte do empreendimento petroquímico é fundamental que os gestores locais estejam atentos para a estruturação de políticas que contemplem o consequente aumento da demanda escolar, em todos os seus níveis, decorrente do iminente aumento da população municipal.

Neste boletim, abordaremos os seguintes indicadores: Taxa de Matrícula Escolar Líquida dos Ensinos Fundamental e Médio; Taxas de Distorção Idade/Série e Idade/ Conclusão nos Ensinos Fundamental e Médio; Taxas de Gênero na Matrícula e Conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio e Taxa de Matrícula no Ensino Técnico de Nível Médio.

A região de Rio Bonito alcançou um acréscimo na taxa de matrícula escolar líquida nos períodos entre 2010-2011, afastando-se dos 32,27%, em 2010 para 30,54% em 2011. Como vimos acima, os primeiros indicadores, que trabalham com dados referentes à matrícula líquida e bruta no município, já nos apontam algumas questões que, assim como outros indicadores que veremos à frente, não podem ser ignorados e nos alertam para importantes aspectos no quadro educacional do município.

Taxa de matrícula líquida – Ensino fundamental, 2011

Fonte: INEP.

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Total de Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos	Indicador
Cachoeiras de Macacu	368	1.100	33,45%
Casimiro de Abreu	419	1.114	37,61%
Guapimirim	361	811	44,51%
Itaboraí	1.861	4.272	43,56%
Magé	2.758	6.073	45,41%
Maricá	1.128	2.507	44,99%
Niterói	6.514	13.793	47,23%
Rio Bonito	593	1316	45,06%
São Gonçalo	7.469	15.968	46,77%
Silva Jardim	94	293	32,08%
Tanguá	120	349	34,38%
MIC	21.685	47.596	45,56%
Rio de Janeiro	142.631	347.131	41,09%

Fonte: Inep.

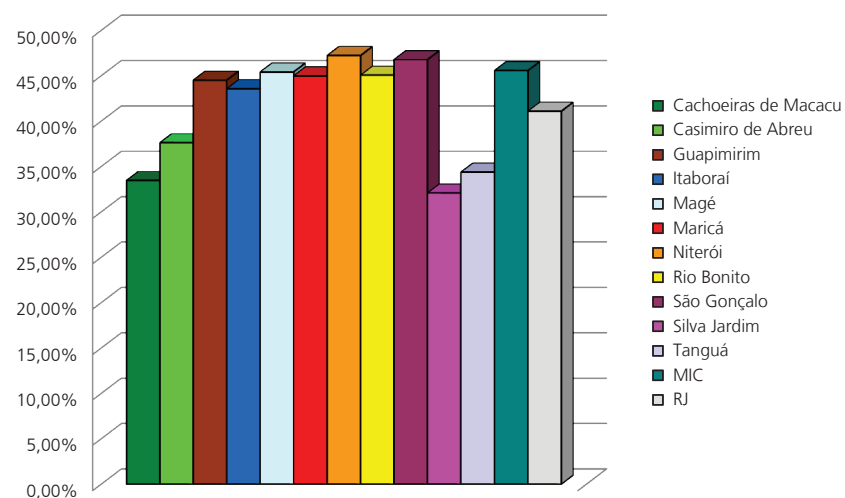
No que concerne ao ensino médio, aconteceu algo parecido. Ocorreu um acréscimo das taxas entre 2010 e 2011 (a taxa de matrícula escolar líquida passou de 41,20% para 45,06%).

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino, Rio Bonito, 2011

Ano de Escolaridade	Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos com Determinada Idade	Indicador
1ª (15 anos)	249	252	98,81 %
2ª (16 anos)	189	490	38,57%
3ª (17 anos)	155	574	27,00%
Total de Alunos	593	1.316	45,06%

Fonte: Inep.

Taxa de matrícula líquida – Ensino médio, 2011



Fonte: Inep.

Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade, MIC, 2011

Município	Alunos Matriculados na Série	População de Determinada Idade	Indicador
Cachoeiras de Macacu	8.736	8.074	108,20%
Casimiro de Abreu	6.120	5.382	113,71%
Guapimirim	7.371	8.428	87,46%
Itaboraí	38.075	33.589	113,36%
Magé	41.531	36.802	112,85%
Maricá	17.464	17.397	100,39%
Niterói	61.147	52.643	116,15%
Rio Bonito	9.141	8.136	112,35%
São Gonçalo	114.726	136.395	84,11%
Silva Jardim	3.624	3.562	101,74%
Tanguá	4.830	3.562	135,60%
MIC	312.765	315.196	99,23%
Rio de Janeiro	2.277.460	2.202.271	103,41%

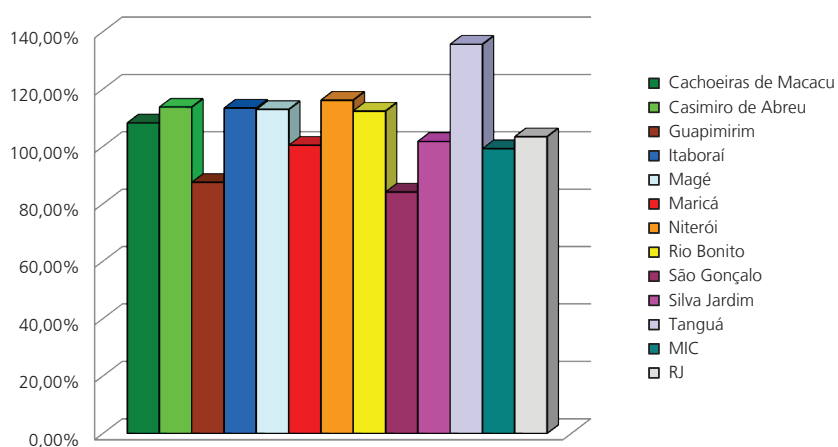
Fonte: Inep.

Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade, Rio Bonito, 2011

Ano de Escolaridade	Alunos Matriculados na Série	População Municipal de Determinada Idade	Indicador
1º ano	980	773	126,78%
2º ano	919	722	127,29%
3º ano	913	818	111,61%
4º ano	979	935	104,71%
5º ano	988	1.092	90,48%
6º ano	1.325	963	137,59%
7º ano	1.136	1.002	113,37%
8º ano	1.049	918	114,27%
9º ano	852	913	93,32%
Total de Alunos	9.141	8.136	112,35%

Fonte: INEP.

Taxa de matrícula bruta – Ensino fundamental, 2011



Fonte: Inep.

A taxa de matrícula escolar bruta, que serve para entender o quanto de retenção, ou de evasão que existe no município, mostra que Rio Bonito, em 2010 alcançou uma taxa muito alta (116,24%). Em 2011 (112,35%), mostra que a retenção era muito alta no município, mas que no ano seguinte diminuiu, porém estando um pouco distante da taxa ideal, que é de 100%.

Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade, MIC e Estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Alunos Matriculados na Série	População Municipal de Determinada Idade	Indicador
Cachoeiras de Macacu	2.001	2.889	69,26%
Casimiro de Abreu	2.019	1.889	106,88%
Guapimirim	1.468	2.961	49,58%
Itaboraí	7.604	11.810	64,39%
Magé	9.821	13.076	75,11%
Maricá	4.192	6.249	67,08%
Niterói	20.472	19.308	106,03%
Rio Bonito	2.246	2.902	77,39%
São Gonçalo	25.450	48.016	53,00%
Silva Jardim	539	1.177	45,79%
Tanguá	581	1.664	34,92%
MIC	76.393	111.941	68,24%
Rio de Janeiro	590.465	779.092	75,79%

Fonte: Inep.

Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade, Rio Bonito 2011

Ano de escolaridade	Alunos Matriculados na Série	População Municipal de Determinada Idade	Indicador
1º ano	919	1.020	90,10%
2º ano	676	952	71,01%
3º ano	651	930	70,00%
Total de Alunos	2.246	2.902	77,39%

Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental nos MIC e no estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Alunos com idade acima da recomendada	Total de Alunos Matriculados	Indicador
Cachoeiras de Macacu	3.052	8.736	34,94%
Casimiro de Abreu	1.481	6.120	24,20%
Guapimirim	2.569	7.371	34,85%
Itaboraí	13.103	38.075	34,41%
Magé	14.255	41.531	34,32%
Maricá	5.465	17.464	31,29%
Niterói	14.885	61.147	24,34%
Rio Bonito	3.131	9.141	34,25%
São Gonçalo	34.953	114.726	30,47%
Silva Jardim	1424	3624	39,29%
Tanguá	2.011	4.830	41,64%
MIC	95.519	312.765	30,54%
Rio de Janeiro	628.912	2.277.460	27,61%

Fonte: Inep.

No ensino médio ocorre o oposto do ocorrido no ensino fundamental, prevalecendo nesse nível de ensino um maior número de evasão das escolas do município, no período de 2011 chegou a 77,39% sofrendo uma pequena diminuição em relação ao número do ano de 2010 (79,30%), chegando perto do recomendado.

O município de Rio Bonito apresentou no ano de 2011 uma taxa de distorção idade/série no ensino fundamental de 34,25%, valor acima da média da região dos MIC para o mesmo ano que foi de 30,54%, bem como da média de todo o Estado que foi de 27,61%. Ainda no ensino fundamental, em 2011, a taxa de distorção idade/conclusão foi de 23,09%, valor, dessa vez, ligeiramente melhor do que as médias dos MIC e do Estado, respectivamente de 20,97% e 21,18%.

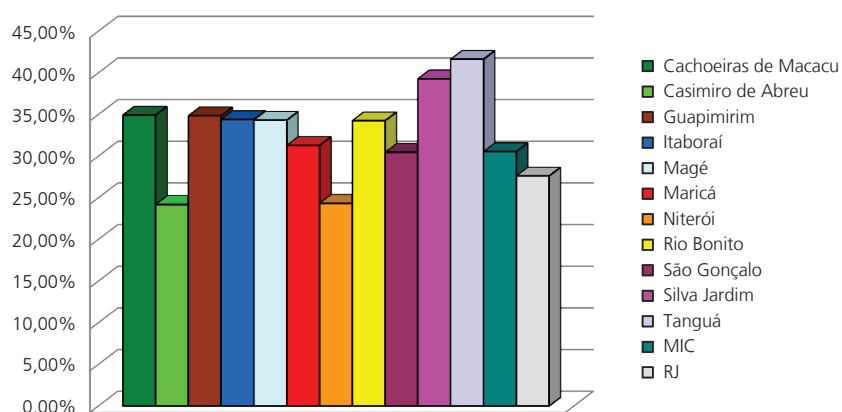
Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental, Rio Bonito, 2011

Ano de Escolaridade	Alunos com idade acima da recomendada	Total de Alunos Matriculados	Indicador
1ª Ano	168	980	17,14%
2ª Ano	240	919	26,12%
3ª Ano	333	913	36,47%
4ª Ano	398	979	40,65%
5ª Ano	337	988	34,11%
6ª Ano	530	1.325	40,00%
7ª Ano	450	1.136	39,61%
8ª Ano	382	1.049	36,42%
9ª Ano	293	852	34,39%
Total de Alunos	3.131	9.141	34,25%

Fonte: Inep.

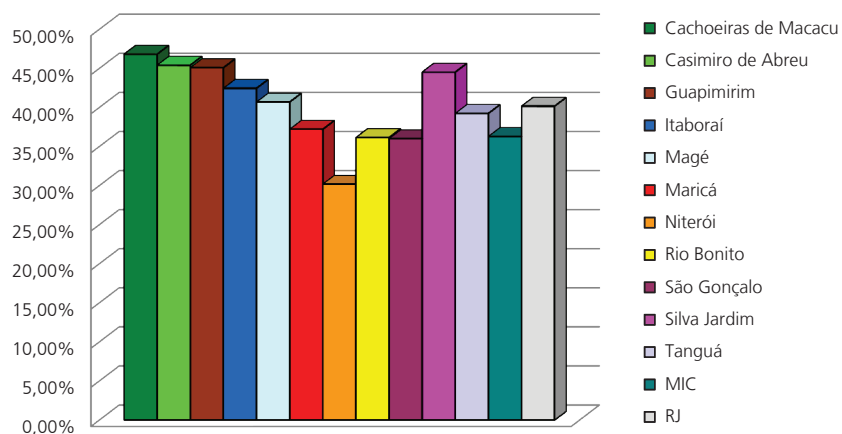
Essas taxas representam, respectivamente, o total de alunos com idade superior à condenada ideal para a série que estão cursando e o total de alunos que concluem o ensino fundamental também em idade superior à ideal. São valores merecedores de atenção, uma vez que as distorções representam um movimento contrário e danoso ao atingimento da meta à qual estes indicadores estão associados.

Taxa de distorção idade/série – Ensino fundamental, 2011



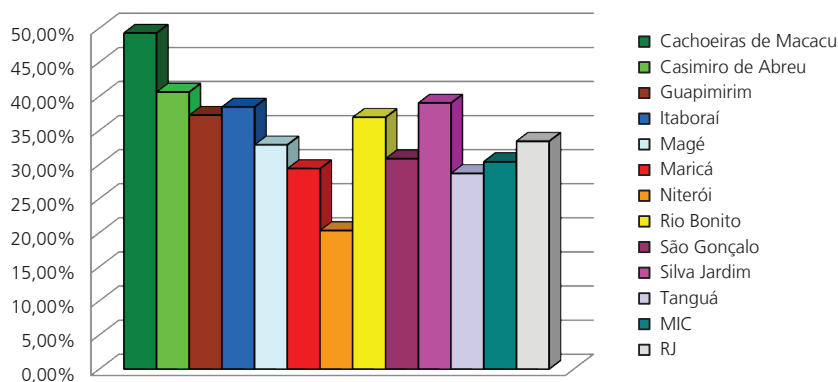
Fonte: INEP.

Taxa de distorção idade/série - Ensino médio, 2011



Fonte: Inep.

Distorção idade/conclusão – Ensino médio, 2011



Fonte: Inep.

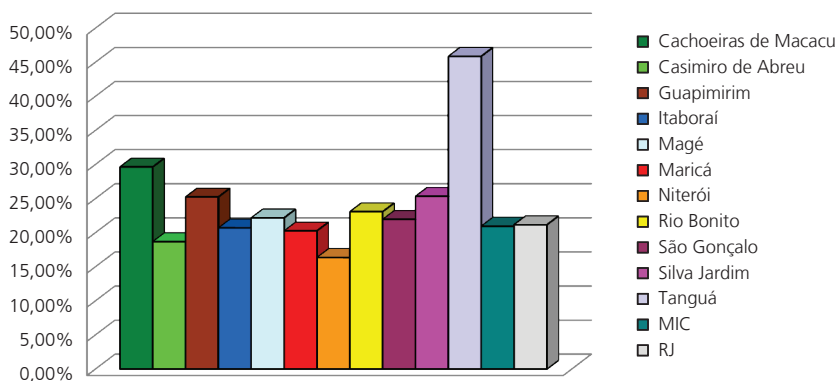
No referido ano, no município, no que concerne ao ensino médio, assinala-se que as taxas de distorção Idade/série e Idade/conclusão são respectivamente de 36,15% e 36,92%, valores estes ainda elevados, e no caso do último, superior à taxa da região como um todo. Este fenômeno denota, por conseguinte, a necessidade da permanente atenção sobre tais índices.

Taxa distorção idade/conclusão, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Alunos Concluintes com Mais de 15 Anos	Total de Alunos Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	94	317	29,65%
Casimiro de Abreu	75	401	18,70%
Guapimirim	99	392	25,26%
Itaboraí	388	1.873	20,72%
Magé	507	2.285	22,19%
Maricá	171	843	20,28%
Niterói	569	3.474	16,38%
Rio Bonito	112	485	23,09%
São Gonçalo	1.138	5.179	21,97%
Silva Jardim	18	71	25,35%
Tanguá	78	170	45,88%
MIC	3.249	15.490	20,97%
Rio de Janeiro	27.877	131.639	21,18%

Fonte: Inep.

Distorção idade/conclusão – Ensino fundamental, 2011



Fonte: Inep.

Taxa de gênero nas matrículas do ensino fundamental, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Homens matriculados	Mulheres Matriculadas	Indicador
Cachoeiras de Macacu	4.457	4.279	104,16%
Casimiro de Abreu	3.088	3.032	101,85%
Guapimirim	3.800	3.571	106,41%
Itaboraí	19.442	18.633	104,34%
Magé	21.261	20.270	104,89%
Maricá	9.107	8.357	108,97%
Niterói	31.174	29.973	104,01%
Rio Bonito	4.594	4.547	101,03%
São Gonçalo	58.191	56.535	102,93%
Silva Jardim	1.848	1.776	104,05%
Tanguá	2.425	2.405	100,83%
MIC	159.387	153.378	103,92%
Rio de Janeiro	1.166.508	1.110.953	105,00%

Fonte: Inep.

Taxa de gênero nas matrículas do ensino fundamental, Rio Bonito, 2011

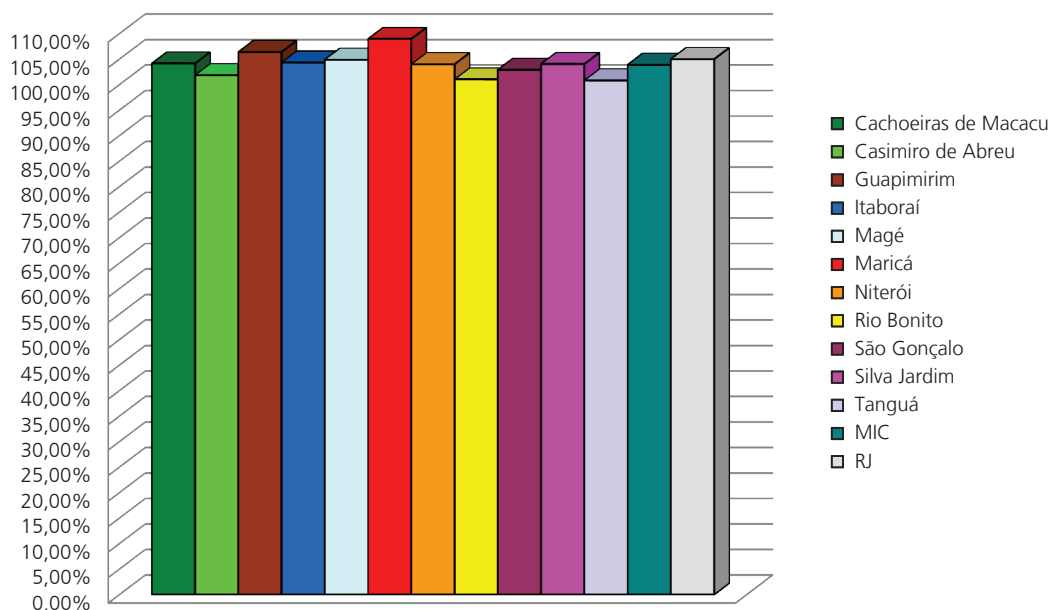
Ano de escolaridade	Homens Matriculados	Mulheres matriculadas	Indicador
1º ano	513	467	109,85%
2º ano	469	450	104,22%
3º ano	484	429	112,82%
4º ano	511	468	109,19%
5º ano	522	466	112,02%
6º ano	669	656	101,98%
7º ano	571	565	101,06%
8º ano	459	590	77,80%
9º ano	396	456	86,84%
Total de Alunos	4.594	4.547	101,03%

Fonte: Inep.

Em relação às taxas de gênero, no ensino fundamental e no ensino médio, considerando-se tanto os matriculados quanto os concluintes, evidenciam uma dinâmica de exclusão dos jovens do sexo masculino da escolarização. Apesar da quase integral universalização do acesso aos ensinos fundamental e médio, o êxodo dessa população masculina dos bancos escolares nos alerta para um importante fenômeno de exclusão. Essa tendência se repete em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, bem como nos MIC.

Em Rio Bonito, a taxa de gênero dos matriculados no ensino fundamental, em 2011, foi de 101,03%, enquanto a dos concluintes dessa etapa de ensino é de 81,65%. Já no ensino médio, nesse mesmo ano, a taxa entre os matriculados foi de 70,15% e entre os concluintes é de 64,58%. Lembrando que as taxas acima de 100% correspondem a uma maior presença de meninos, enquanto as abaixo de 100% indicam a maior incidência de meninas, podemos perceber a expressiva evasão masculina que se desenvolve ao longo dos anos da educação básica, e, portanto, a necessária implementação de políticas de manutenção da população masculina nos bancos escolares.

Taxa de gênero nas matrículas - Ensino fundamental, 2011



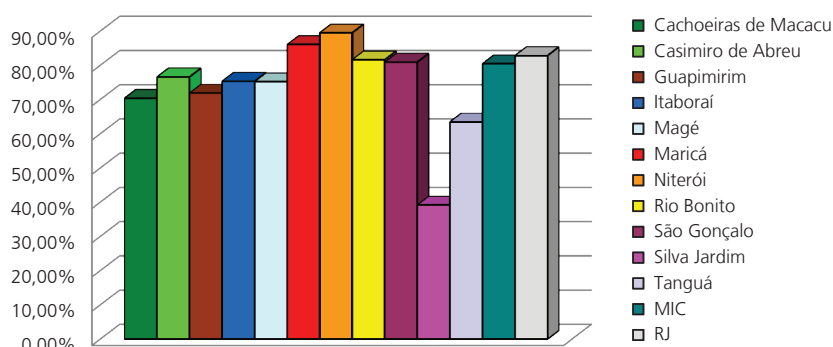
Fonte: Inep.

Taxa de gênero dos concluintes do ensino fundamental, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Homens Concluintes	Mulheres Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	131	186	70,43%
Casimiro de Abreu	174	227	76,65%
Guapimirim	164	228	71,93%
Itaboraí	805	1.068	75,37%
Magé	981	1304	75,23%
Maricá	390	453	86,09%
Niterói	1.641	1.833	89,53%
Rio Bonito	218	267	81,65%
São Gonçalo	2.317	2.862	80,96%
Silva Jardim	20	51	39,22%
Tanguá	66	104	63,46%
MIC	6.907	8.583	80,47%
Rio de Janeiro	59.642	71.997	82,84%

Fonte: Inep.

Taxa de gênero dos concluintes – Ensino fundamental, 2011



Fonte: Inep.

Taxa de gênero nas matrículas do ensino médio, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Homens Matriculados	Mulheres Matriculadas	Indicador
Cachoeiras de Macacu	797	1204	66,20%
Casimiro de Abreu	852	1167	73,01%
Guapimirim	592	876	67,58%
Itaboraí	3.013	4.592	65,61%
Magé	4.025	5.796	69,44%
Maricá	1771	2378	74,47%
Niterói	9.434	11.038	85,47%
Rio Bonito	926	1320	70,15%
São Gonçalo	10618	14832	71,59%
Silva Jardim	200	339	59,00%
Tanguá	274	307	89,25%
MIC	32.502	43.849	75,12%
Rio de Janeiro	257.733	332.732	77,46%

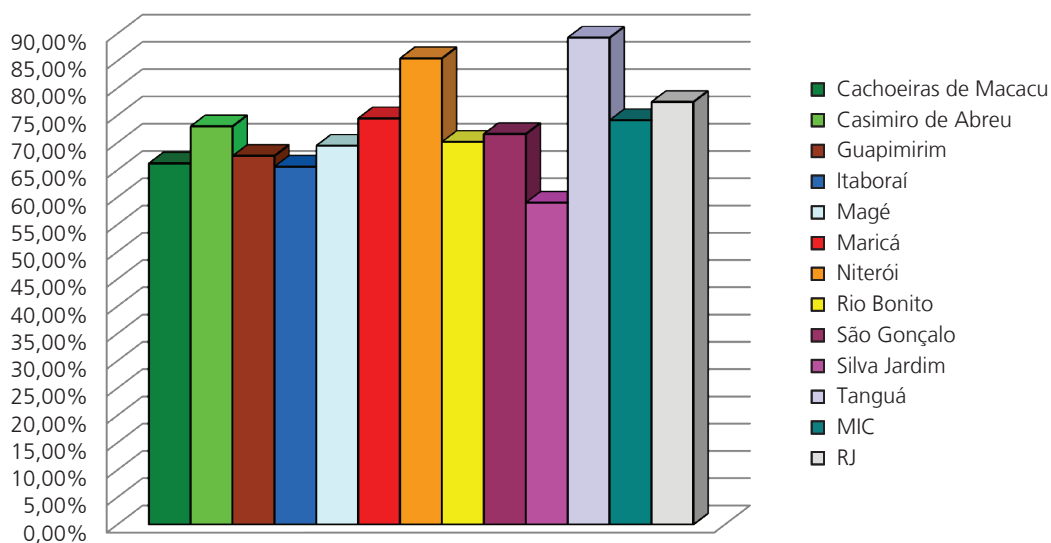
Fonte: Inep.

Taxa de gênero nas matrículas do ensino médio, Rio Bonito, 2011

Ano de Escolaridade	Homens Matriculados	Mulheres Matriculadas	Indicador
1º ano	402	517	77,76%
2º ano	299	377	79,31%
3º ano	225	426	52,82%
Total de Alunos	926	1.320	70,15%

Fonte: Inep.

Taxa de gênero nas matrículas - Ensino médio, 2011



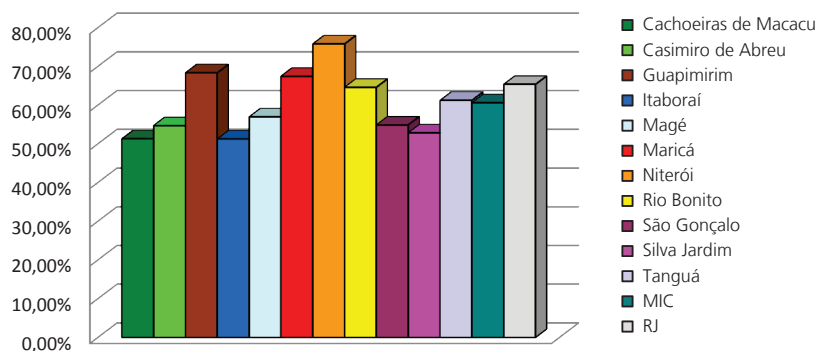
Fonte: Inep.

Taxa de gênero dos concluintes do ensino médio, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Homens Concluintes	Mulheres Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	143	279	51,25%
Casimiro de Abreu	134	245	54,69%
Guapimirim	97	142	68,31%
Itaboraí	497	970	51,24%
Magé	568	998	56,91%
Maricá	348	516	67,44%
Niterói	1.448	1.911	75,77%
Rio Bonito	186	288	64,58%
São Gonçalo	1.691	3.081	54,88%
Silva Jardim	28	53	52,83%
Tanguá	41	67	61,19%
MIC	5.181	8.550	60,60%
Rio de Janeiro	41.148	62.973	65,34%

Fonte: Inep.

Taxa de gênero dos concluintes – Ensino médio, 2011



Fonte: Inep.

Taxa de matrícula do ensino técnico de nível médio, por dependência administrativa, MIC, 2011

Municípios	Dependências	Matrículas	Indicador
Cachoeiras de Macacu	Federal	0	-
	Estadual	0	-
	Municipal	79	100,00%
	Privada	0	-
Itaboraí	Federal	0	-
	Estadual	89	33,97%
	Municipal	0	-
	Privada	173	66,03%
Magé	Federal	0	-
	Estadual	294	25,28%
	Municipal	0	-
	Privada	869	74,72%
Maricá	Federal	0	-
	Estadual	0	-
	Municipal	194	87,78%
	Privada	27	12,22%
Niterói	Federal	0	-
	Estadual	2436	49,19%
	Municipal	0	-
	Privada	2516	50,81%
Rio Bonito	Federal	0	-
	Estadual	139	63,18%
	Municipal	81	36,82%
	Privada	0	-
São Gonçalo	Federal	189	6,28%
	Estadual	607	20,17%
	Municipal	0	-
	Privada	2213	73,55%
MIC	Federal	189	1,91%
	Estadual	3565	35,99%
	Municipal	354	3,57%
	Privada	0	58,53%

Fonte: Inep.

Taxa de Matrícula do Ensino Técnico de nível médio, Itaboraí, 2011

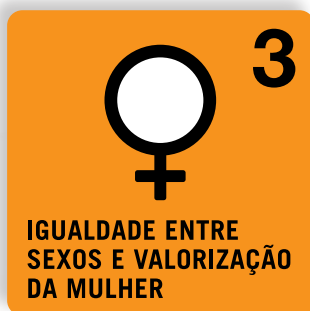
Educação Profissional de Nível Técnico						
Estadual			Municipal		Privado	
Ano	Escola(s)	Matrícula(s)	Escola(s)	Matrícula(s)	Escola(s)	Matrícula(s)
2003	1	118	1	228	-	-
2004	1	59	1	315	-	-
2005	1	153	1	272	-	-
2006	1	167	1	205	-	-
2007	1	136	1	188	-	-
2008	1	146	1	241	-	-
2009	1	138	1	202	-	-
2010	2	165	1	200	-	-
2011	1	139	1	81	-	-
Total Geral	2	-	1	-	0	-

Fonte: Censo Escolar 2011.

Por fim, em relação à educação técnica profissional, Rio Bonito é um dos sete municípios do MIC que possuem cursos técnicos em nível médio. No município de Rio Bonito, os cursos de educação profissional, em nível médio, são ministrados pelo poder municipal e estadual. A dependência municipal possui 36,82% das matrículas dispostas, já a dependência estadual oferece 63,18% dos cursos técnicos na cidade.

Embora seja reconhecível, nos últimos anos, o esforço dos gestores da educação no município de Rio Bonito na busca da formulação de políticas públicas que promovam as correções demandadas pelo quadro educacional local, e igualmente dignos de elogios,

os gradativos progressos no âmbito da educação local, é fato que muito ainda há de se fazer em termos de criação e consolidação de políticas públicas no município para que sejam atingidas as metas aqui delineadas, e que permitirão ao município de Rio Bonito alcançar o objetivo de desenvolvimento do milênio que versa sobre a universalização da educação primária e a ampliação da cobertura da educação média e da educação técnica profissional.



ODM3

PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Jorge Nogueira de Paiva Britto¹³; Carlos E. Guanziroli¹⁴; Daniel Ribeiro¹⁵; Claudio Considera¹⁶; Leonardo Mulls¹⁷; Luciano Losekan¹⁸; Marco Vargas¹⁹; Alberto Di Sabbato²⁰

META 4B

Reduzir pela metade a defasagem salarial entre gêneros até 2012, na região dos MIC.

Indicadores:

- Participação feminina no mercado formal de trabalho e no perfil de trabalhadores admitidos e desligados
- Diferencial de remuneração por gênero e grau de instrução para diferentes setores de atividade

¹³ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

¹⁴ Professor Associado IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

¹⁵ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

¹⁶ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

¹⁷ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

¹⁸ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

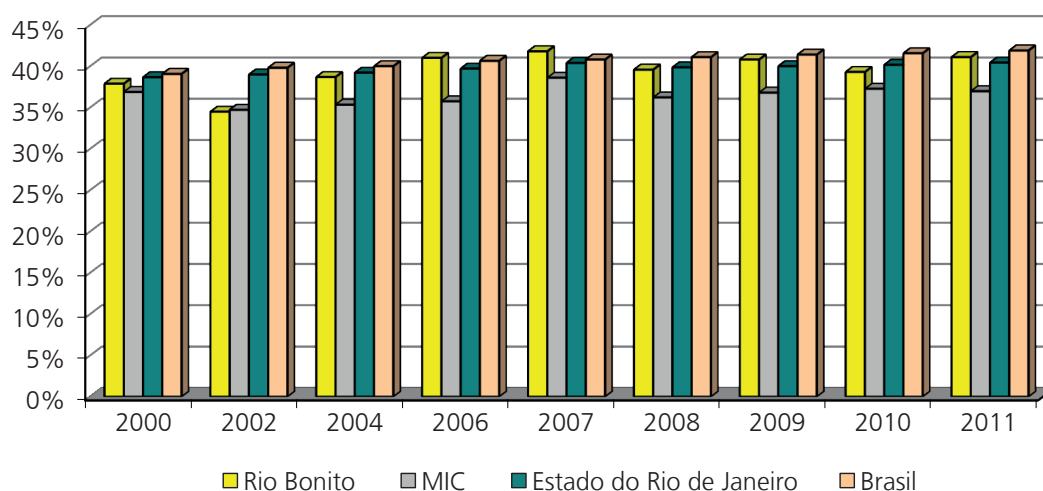
¹⁹ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

²⁰ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

O ODM 3 tem por objetivo promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, sendo sua principal meta a redução pela metade da defasagem salarial entre gêneros até 2012. Neste sentido, é necessário observar o comportamento do mercado de trabalho para as mulheres e avaliar como a remuneração feminina tem evoluído em comparação com a masculina. Diante disso, nota-se que o percentual de mulheres no mercado de trabalho formal no município de Rio Bonito passou de 37,9% em 2000, para 41,1% em 2011, o que significa um aumento de 3,22 pontos percentuais. Enquanto isso, no âmbito do conjunto dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro o crescimento observado foi de 0,1

e 1,8 ponto percentual neste mesmo período, respectivamente. Com este resultado, a proporção de mulheres inseridas no mercado formal de trabalho no município de Rio Bonito ficou, em 2011, acima do registrado pelo conjunto dos MIC (36,9%) e pelo Estado do Rio de Janeiro (40,4%) e abaixo do registrado pelo Brasil (41,9%). Em comparação com os demais municípios que compõem a área de influência direta do Comperj, verifica-se que Rio Bonito posicionou-se em sétimo lugar em termos de maior participação feminina no mercado de trabalho formal no ano de 2011.

Participação feminina no mercado formal de trabalho do município de Rio Bonito, da região dos MIC, do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, 2000-2011



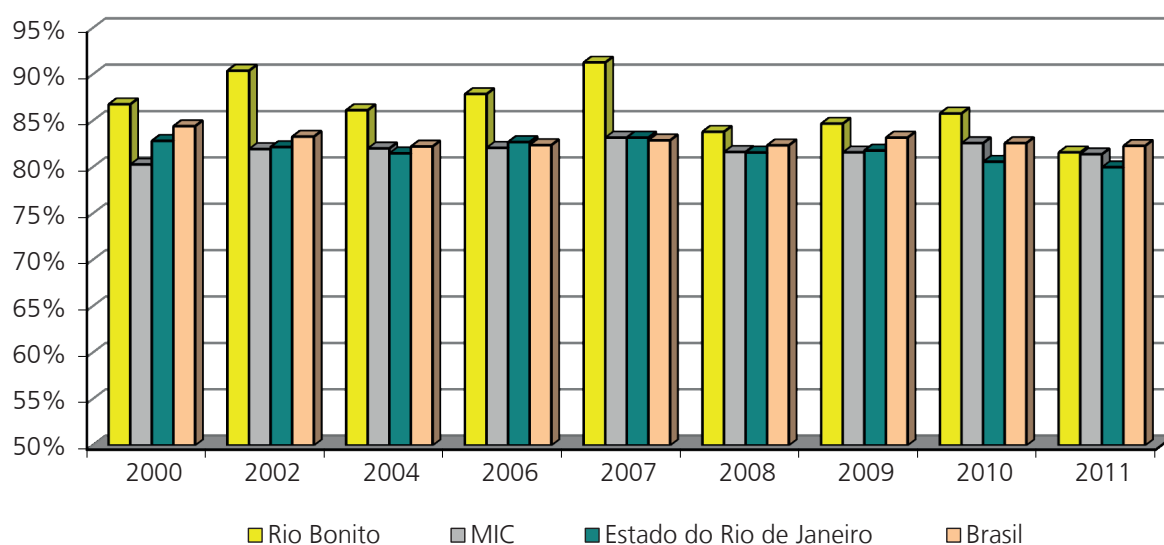
Fonte: Rais (MTE).

O diferencial de remuneração feminina, cujo objetivo é apresentar a relação entre as remunerações masculinas e femininas para um mesmo tipo de ocupação, mostra que no município de Rio Bonito, no ano de 2000, a remuneração média feminina foi equivalente a 86,8% da remuneração média masculina para um mesmo tipo de ocupação. Isto é, uma defasagem salarial de 13,2% nas remunerações médias femininas comparativamente às masculinas. Já no âmbito dos MIC, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil observamos defasagens salariais entre a mão de obra feminina e a masculina mais acentuadas, tendo em vista que as respectivas remunerações médias femininas foram equivalentes a 80,3%, 82,8% e 84,4% das

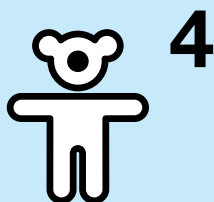
remunerações médias masculinas. Em 2011 observa-se que o diferencial de remuneração feminina em Rio Bonito foi de 81,6%, enquanto no conjunto dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil os resultados obtidos foram de 81,4%, 80% e 82,3%. Assim, nota-se que a remuneração média feminina apresenta-se em patamar relativamente parecido à masculina comparativamente às demais regiões em análise (conjunto dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil). Em relação aos demais municípios da área de influência do Comperj, verifica-se que Rio Bonito ocupou, em 2011, a oitava posição em termos de menor defasagem salarial entre mulheres e homens. Cabe ainda destacar que, de acordo com a meta de

reduzir a defasagem salarial entre gêneros pela metade até 2012, o município de Rio Bonito deveria apresentar um hiato de renda entre homens e mulheres de no máximo 6,6%, no entanto, o município apresentou o resultado de 18,4%.

Diferencial de remuneração feminina (em %) entre 2000 e 2011



Fonte: RAIS (MTE).



**REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL**

ODM4

REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

Sandra Costa Fonseca²¹; Hélia Kawa²²; Márcia Lait Morse²³; Edna Massae Yokoo²⁴

META 5A Reduzir em dois terços, entre 2000 e 2012, a mortalidade de crianças menores de cinco anos, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade em menores de cinco anos e mortalidade proporcional entre menores de cinco anos, segundo grupos de causas
- Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e mortalidade proporcional segundo grupos de causas e grupos de idade (0 a 6 dias, 7 a 27 dias, 28 a 364 dias)
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de cinco anos

²¹ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²² Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²³ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde da Criança e da Mulher do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁴ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dentre os indicadores do ODM 4, neste boletim se destacam os referentes à mortalidade infantil, que estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida, e à proporção de internação por doenças respiratórias em menores de cinco anos. De modo geral, tais indicadores expressam o desenvolvimento socioeconômico, o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde da criança, assim como podem ser marcadores de mudanças ambientais.

Os óbitos em menores de um ano representam mais de 85% do total da mortalidade de crianças menores de cinco anos no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando sua importância como indicador de saúde infantil.

Os dados foram retirados dos Sistemas de Informação em Saúde do Datasus: Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc), Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação de Internações Hospitalares (SIH-SUS). Deve ser feita uma ressalva em relação aos dados

mais recentes (ano de 2011), que podem ainda sofrer correções. No entanto, acredita-se que haverá pouco impacto nos valores dos indicadores.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), valores inferiores a 20 óbitos infantis por mil nascidos vivos (20‰NV) são considerados baixos.

No município de Rio Bonito, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) em 2011 foi 15,6‰NV, acima do conjunto de municípios de influência do Comperj (MIC), cuja TMI foi 12,7‰ NV e do Estado do Rio de Janeiro (13,9‰NV).

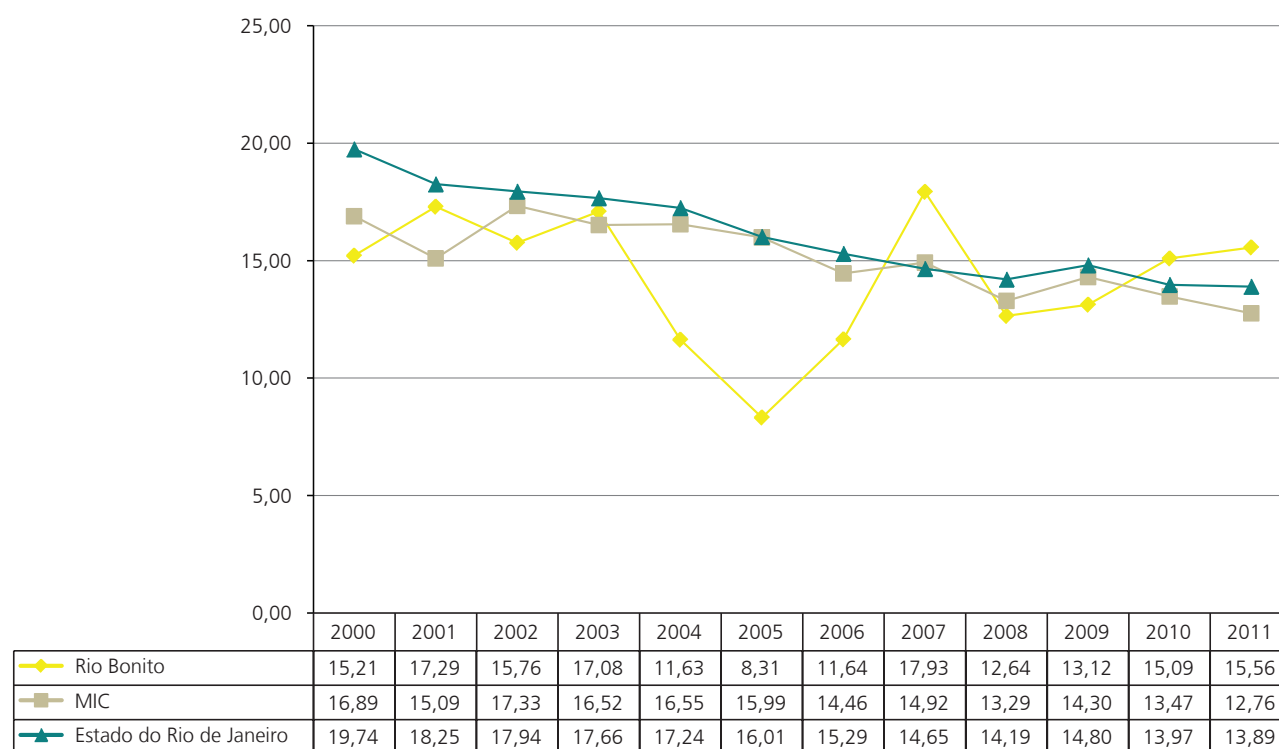
Analisando a série temporal de 2000 a 2011, o município tem mantido a taxa de mortalidade infantil estagnada, sem tendência de queda.

Em 2011, o componente neonatal foi responsável por 82% da mortalidade infantil em Rio Bonito, sendo a taxa de mortalidade neonatal de 12,7‰NV.

Quanto às causas básicas de óbito, as afecções perinatais e as malformações congênitas foram responsáveis por 63% e 27%, respectivamente, no ano de 2011.

Apesar do número absoluto pequeno de óbitos, não tem havido melhora no indicador neonatal, o que demonstra necessidade de investimento para evitar esses óbitos. Considerando que a prevalência de recém-nascidos de baixo peso – grupo de maior risco para óbito – é pequena em Rio Bonito, torna-se mais relevante o resultado neonatal.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – Série temporal 2000 a 2011– Rio Bonito, MIC e Rio de Janeiro



Fonte: SIM/Sinasc/Datasus.

O indicador percentual de internações por infecção respiratória foi aferido por intermédio do total de internações em menores de cinco anos de idade em relação ao total de internações por todas as causas, nesse mesmo grupo etário para cada ano da série histórica.

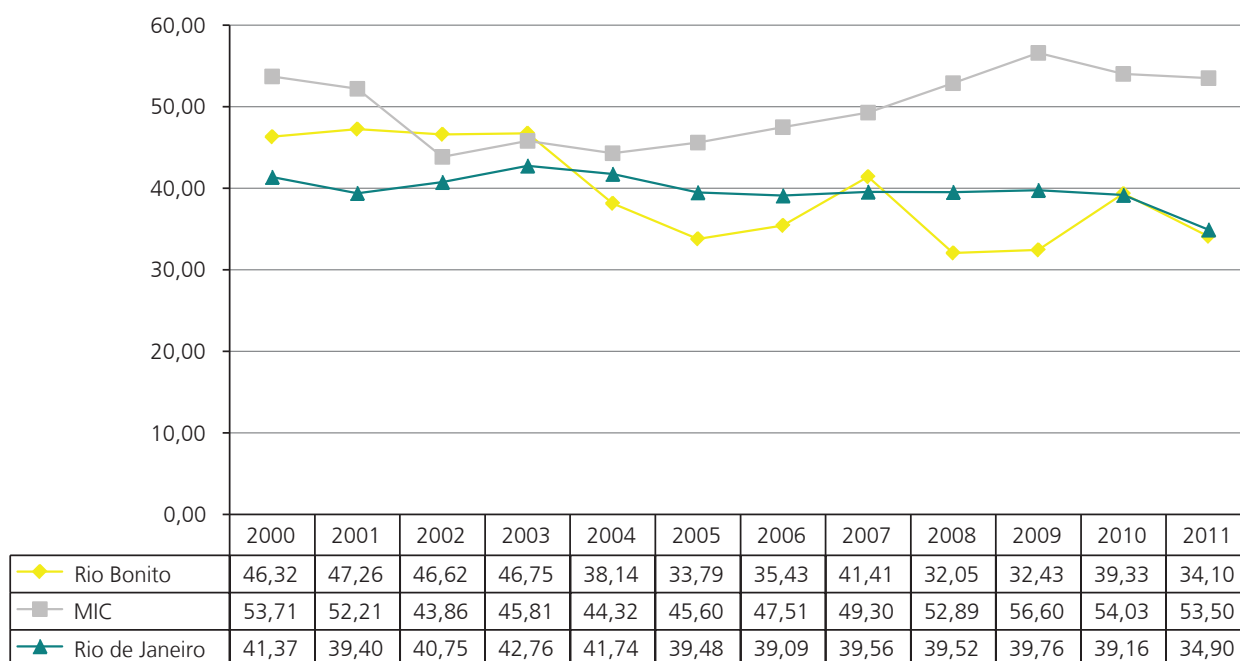
No Brasil, segundo o Datasus, este percentual está em torno de 38%. Em grupos mais vulneráveis, pode ser responsável por 50% das internações.

Analisando a série temporal de 2000 a 2011, observou-se a tendência de diminuição das internações respiratórias em Rio Bonito. A velocidade de queda foi de 3% ao ano e os percentuais, que superavam 40% nos primeiros anos do período, chegaram a 34% em 2011. A partir de 2004, têm-se man-

tido bem abaixo dos valores do conjunto de municípios de influência do Comperj (MIC).

Considerando que as doenças respiratórias são classificadas como condições sensíveis à atenção primária no Brasil, esse tipo de atendimento deve ser valorizado, não deixando de contextualizar as questões ambientais.

Internações (%) por doenças respiratórias em menores de cinco anos – Série temporal 2000 a 2011 – Rio Bonito, MIC e Rio de Janeiro



Fonte: SIM/Sinasc/Datasus.



5

MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES

ODM5

MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Sandra Costa Fonseca²⁵; Hélia Kawa²⁶; Márcia Lait Morse²⁷; Edna Massae Yokoo²⁸

META 6A Reduzir em três quartos, entre 2000 e 2012, a taxa de mortalidade materna na região dos MIC.

Indicadores:

- Razão de mortalidade materna e proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas
- Proporção de tipos de partos (cesárea) assistidos por profissionais de saúde
- Percentual de pré-natal adequado: mulheres com sete ou mais consultas

²⁵ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁶ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁷ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde da Criança e da Mulher do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁸ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dentre os indicadores do ODM 5, neste boletim serão apresentados apenas dois: a Razão de mortalidade materna (óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos) e a proporção de mulheres com sete ou mais consultas de pré-natal (pré-natal adequado).

A mortalidade materna é um excelente indicador de saúde, relacionado não somente às mulheres, mas ao conjunto da população, refletindo importantes desigualdades sociais em saúde. RMM elevadas estão associadas à baixa qualidade na prestação de serviços de saúde durante a gravidez e o puerpério, contribuindo para a avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico de uma região.

O pré-natal deve ser avaliado quanto à quantidade de consultas – o ideal e recomendado pelo Ministério da Saúde é de sete ou mais consultas – e quanto à qualidade, de acordo com os procedimentos realizados.

Para o município de Rio Bonito, no período 2000-2011, a razão de mortalidade materna teve oscilações, variando entre valores elevados e anos sem registro de óbito materno.

Analisando a série temporal de 2000 a 2011, não se observa tendência de queda e a RMM foi mais elevada que a dos MIC e do Rio de Janeiro, nos anos em que ocorreram óbitos.

Considerando o período globalmente, a RMM de Rio Bonito foi uma das mais baixas do MIC, com cinco óbitos maternos para 9.912 nascidos vivos, o que resulta em uma RMM de 50,4. Contudo, esse valor está além do tolerável pela OMS, em torno de seis a 20 por 100 mil nascidos vivos.

No período estudado, apenas um óbito foi por causa obstétrica direta; dois foram por causas obstétricas indiretas e dois ficaram sem especificação.

Razão de Mortalidade Materna – Série temporal 2000-2011 – Rio Bonito, MIC, Rio de Janeiro



Fonte: SIM/Sinasc/Datasus.

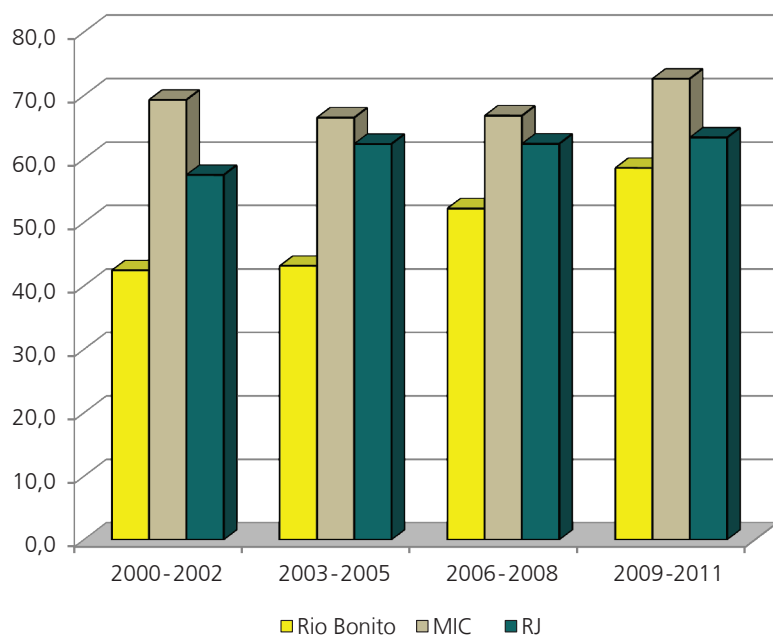
Para o município de Rio Bonito, analisando os triênios de 2000-2011, o percentual de mulheres com sete ou mais consultas de pré-natal começou muito baixo, cerca de 40%, aumentou progressivamente, mas não chegou a alcançar 60%

Considerando o período analisado, Rio Bonito ficou sempre abaixo da média dos MIC e do Estado do Rio de Janeiro.

Este percentual deve ser aumentado para que se obtenham resultados mais favoráveis nos desfechos maternos e perinatais.

O baixo percentual de pré-natal adequado pode ser um dos motivos para a mortalidade neonatal estagnada no município, devendo ter prioridade no planejamento das ações de saúde.

Percentual de mulheres com pré-natal adequado – triênios de 2000 a 2011 – Rio Bonito, MIC e Rio de Janeiro



Fonte: Sinasc/Datasus.

**6**

**COMBATER A AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS**

ODM6

COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Hélia Kawa²⁹; Andréa Sobral de Almeida³⁰; Sandra Costa Fonseca³¹; Waldemir Paixão Vargas³²; Edna Massae Yokoo³³

META 7A Até 2012, reduzir a incidência de tuberculose, na região dos MIC.

Indicador:

- Taxa de incidência de tuberculose

META 7B Até 2012 reduzir a incidência de AIDS

Indicador:

- Taxa de incidência de AIDS

META 8A Até 2012, reduzir a incidência de dengue, hepatite A e hanseníase, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de incidência de dengue
- Taxa de incidência de hepatite A
- Taxa de detecção de hanseníase

²⁹ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁰ Pesquisadora do grupo de pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³¹ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³³ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entre os indicadores compreendidos pelo ODM 6 destaca-se, neste boletim, o indicador referente à taxa de incidência de tuberculose (Meta 7A) e a de dengue (Meta 8A) nos municípios de influência do Comperj (MIC).

No Brasil, são registrados aproximadamente 80 mil casos novos de tuberculose por ano e cerca de cinco a seis mil óbitos. A enfermidade se constitui na nona causa de internações por doenças infecciosas em todo o território nacional ocupando o sétimo lugar em gastos com internação do Sistema Único de Saúde (SUS) por doenças infecciosas, sendo ainda a quarta causa de mortalidade entre as doenças infecciosas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). A tuberculose é considerada um problema de saúde pública prioritário no Brasil. Além disso, o surgimento da epidemia de AIDS e o aparecimento de focos de tuberculose multirresistente agravam ainda mais o problema da doença no mundo. No entanto, apesar de ser uma doença grave, a conduta terapêutica adequada possibilita a cura de praticamente 100% dos casos novos. É uma endemia diretamente associada às condições de vida precárias, e sua ocor-

rência nas populações tem sido atribuída à persistência de desnutrição e da pobreza (SABROZA, 2001). Todavia, o Estado do Rio de Janeiro, cujo PIB *per capita* é classificado em segundo lugar e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em quinto, considerando as demais Unidades Federadas, apresenta uma das situações mais preocupantes relacionadas à tuberculose no país, sendo notificados em torno de treze mil casos novos, com cerca de mil mortes, a cada ano.

No município de Rio Bonito, entre os anos de 2001 a 2003 e 2004 a 2008, observa-se uma tendência ascendente das taxas de incidência de tuberculose, variando de 37,89 – 50,90 e 23,29 – 97,08 casos por 100 mil habitantes, respectivamente. Todavia, observa-se que em todos os analisados, Rio Bonito apresenta taxas de incidência de tuberculose abaixo dos valores do Estado, exceto em 2008, quando o município registrou a incidência (97,08 casos por 100 mil habitantes) mais alta da série iniciada em 2000.

Em 2009, 2010 e 2011 houve redução da taxa municipal, 72,65, 66,61 e 62,26 casos por 100 mil habitantes,

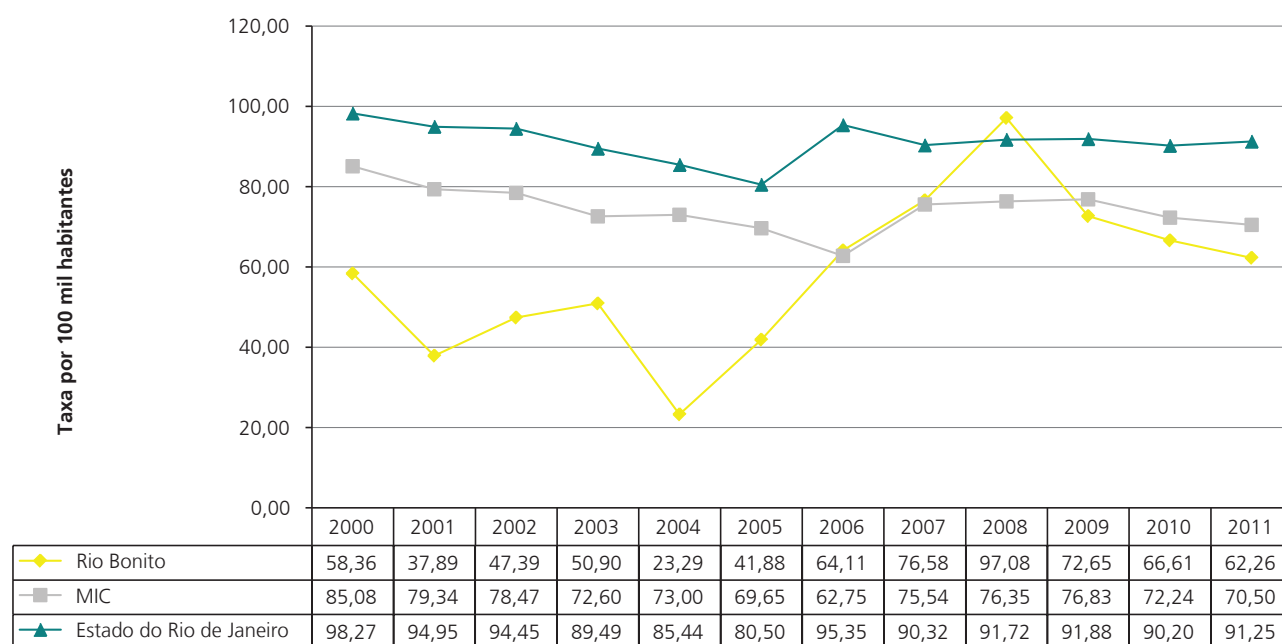
respectivamente, quando comparadas à de 2008.

Ressalta-se que a proporção de doentes que abandonaram o tratamento da tuberculose no município de Rio Bonito, variou muito, de zero em 2009 a 10,81% em 2010. Além disso, este quantitativo e o de 2011 (5,71%) ficaram acima do considerado aceitável (5%), conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sugerindo a persistência de indivíduos contactantes e com potencial para transmitir a doença no município.

Uma das metas da ODM6 até 2012 é reduzir a incidência da tuberculose e o que se pode verificar em relação ao município de Rio Bonito é que a incidência teve discreta redução nos últimos anos estudados. No entanto, estas taxas ainda ficaram acima das observadas no início da série analisada, mostrando a importância do acompanhamento e do aprimoramento das atividades de vigilância e controle da endemia no município.

Deve-se destacar que a elevada densidade populacional, a aglomeração em espaços confinados e a circulação das pessoas nos espaços urbanos, em

Taxa de incidência de tuberculose – Rio Bonito



Fonte: Sinan/Datasus.

decorrência de suas estratégias de sobrevivência, aumentam a taxa de contato social e, portanto, a oportunidade de novas infecções por tuberculose.

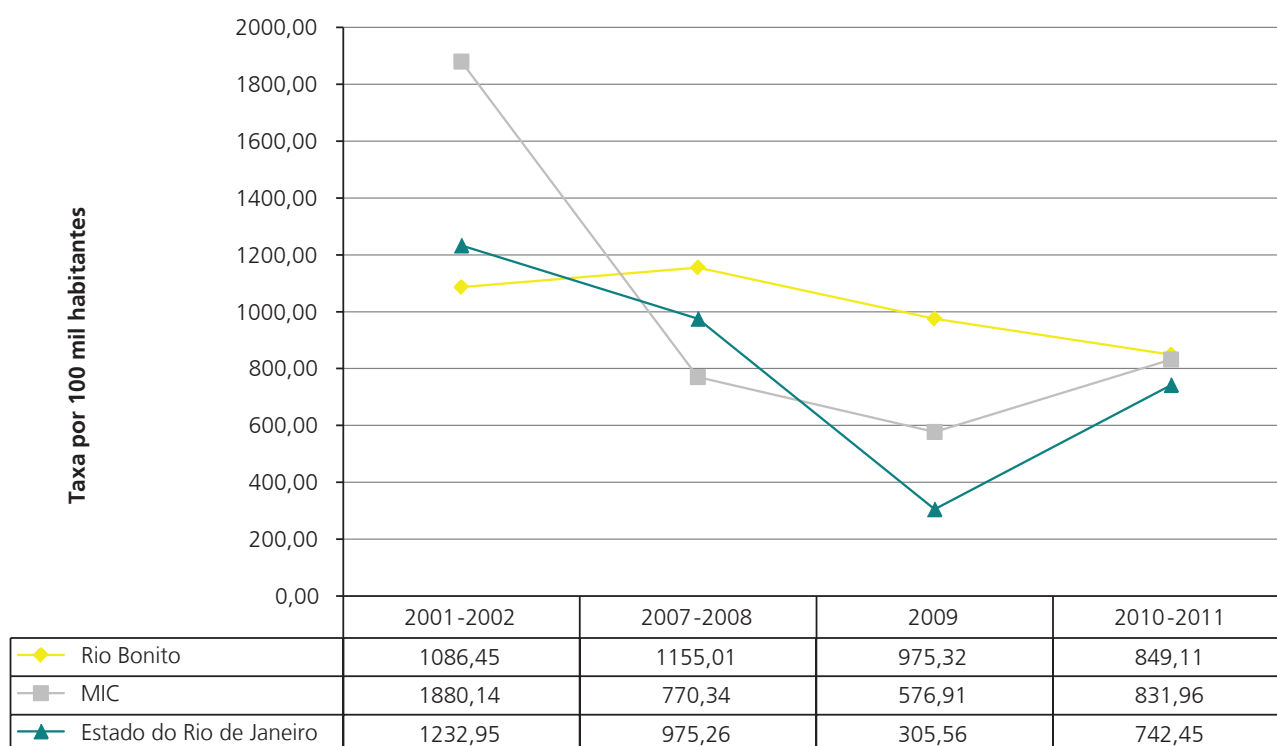
Estima-se que 2,5 bilhões de pessoas vivam em mais de 100 países endêmicos e em áreas onde o vírus da dengue pode ser transmitido. A dengue é considerada a mais importante doença viral veiculada por mosquitos no mundo (WHO, 2011; CDC, 2011). Destaca-se que vários fatores podem produzir cenários com condições epidemiológicas que favorecem a transmissão da doença, como por exemplo, o aumento populacional, estilos de vida que essas populações adquirem e a falta de infraestrutura urbana básica adequada (BARRETO e TEIXEIRA, 2008). O Estado do Rio de Janeiro tem sido cenário para diversas epidemias ocorridas na região sudeste, como a de 1986, quando circulou o sorotipo DEN-1. Este provocou uma epidemia de febre clássica, que se iniciou em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense atingindo, posteriormente, cidades de todas as regiões do Estado (NOGUEIRA et al., 1999). Em abril de 1990 foi isolado também o

sorotipo DEN-2, no município de Nova Iguaçu, cuja circulação foi confirmada com a ocorrência de casos de dengue hemorrágica, caracterizando uma nova epidemia. Em 2000 foi detectada a presença do sorotipo DEN-3 no Estado do Rio de Janeiro, resultando, em 2002, em uma das maiores epidemias já registradas no Estado (SCHATZMAYR, 2000; NOGUEIRA et al., 2001, 2002). No início de 2008 o Estado do Rio de Janeiro é novamente acometido por uma grande epidemia de dengue causada pela reintrodução do sorotipo DEN-2, sendo registrados cerca de 256.000 casos novos pela doença. Em 2009, a dengue permanece no Estado e o município de Itaboraí notifica um óbito decorrente da doença logo no início do ano. Nos anos de 2010-2011 ocorre a segunda reintrodução do sorotipo DEN-1.

Considerando as características do processo endêmico-epidêmico da dengue na região estudada, foram analisadas duas circunstâncias distintas: os períodos epidêmicos (2001-2002; 2007-2008; 2009; 2010-2011) e os períodos interepidêmicos (2003; 2004; 2005; 2006).

No gráfico são mostradas as taxas de incidência de dengue nos períodos epidêmicos em Rio Bonito, no conjunto dos municípios do Comperj (MIC) e no Estado do Rio de Janeiro. Observa-se que, desde a primeira epidemia ocorrida em 2001-2002, o município de Rio Bonito teve altas taxas de incidência da doença. Destaca-se ainda que uma das metas da ODM6 até 2012 é reduzir a incidência de doenças importantes como a dengue. Considerando os dados de incidência de dengue nos municípios de influência do Comperj observa-se a importância da doença no município de Rio Bonito, no qual a maior incidência registrada ocorreu no período 2007-2008 (1.155,01 casos por 100 mil habitantes), sendo esta bem superior à dos MIC (770,34 casos por 100 mil habitantes) e também às do Estado (975,26 casos por 100 mil habitantes). Verifica-se, ainda que durante os anos epidêmicos, com exceção do intervalo 2001-2002, as taxas de incidência de dengue registradas no município de Rio Bonito ficaram acima daquelas ocorridas nos MIC e no Estado.

Taxa de incidência* de dengue nos anos epidêmicos. Município de Rio Bonito, MIC** e Estado do Rio de Janeiro



* Por 100 mil habitantes.

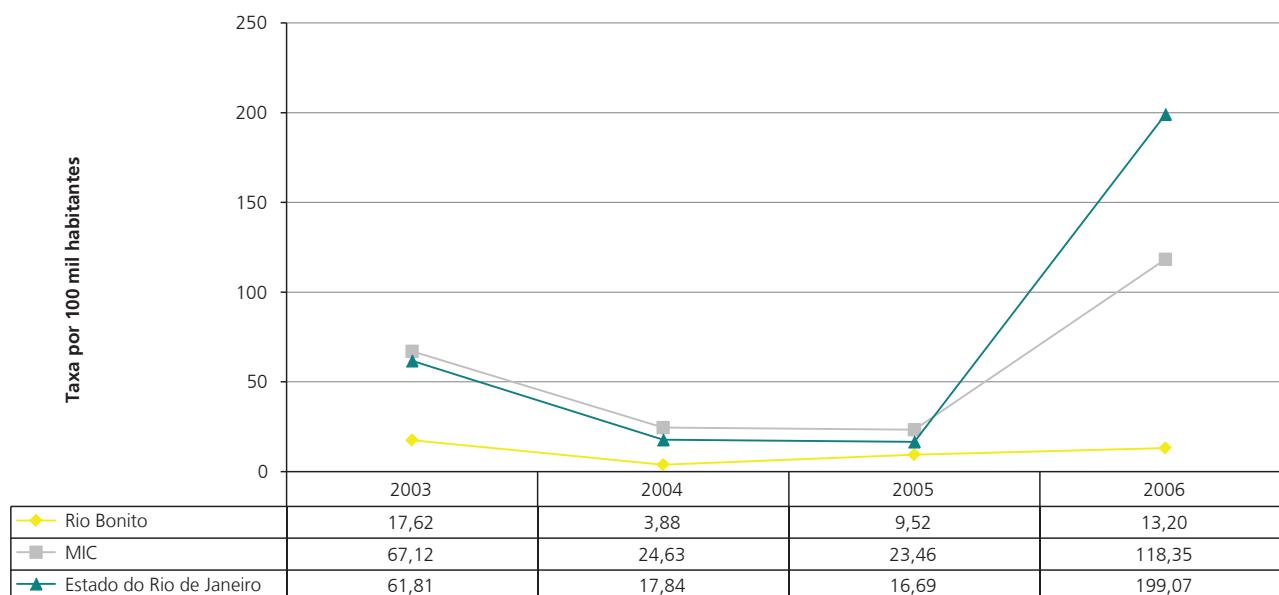
** Municípios de influência do Comperj.

Fonte: Sinan/Datasus.

Em relação aos anos interepidêmicos observa-se que entre os anos de 2003 e 2005 ocorreu uma diminuição das taxas de incidência de dengue nos municípios de influência do Comperj (MIC) e em Rio Bonito, em grande parte, devido a um possível esgotamento de suscetíveis. Em 2006 ocorreu o aumento da taxa de incidência no município (13,20 casos por 100 mil habitantes) e no MIC (118,35 casos por 100 mil habitantes), embora os valores tenham sido abaixo da média estadual (199,07 casos por 100 mil habitantes).

Destaca-se que nos períodos interepidêmicos é fundamental a atuação dos gestores municipais no sentido de incorporar intensamente as ações de controle físico e biológico dos vetores transmissores da doença, especialmente daquelas que devem ser implementadas com a participação da população local, assumindo, assim, um papel importante na estratégia de controle da dengue.

Taxa de incidência* de dengue nos anos interepidêmicos. Município de Rio Bonito, MIC** e Estado do Rio de Janeiro, no período de 2003 a 2006



* Por 100 mil habitantes.

** Municípios de influência do Comperj.

Fonte: Sinan/Datasus.



**QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE**

ODM7

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Meta 9: Eduardo Manuel Rosa Bulhões³⁴; Raul Sanchez Vicens³⁵; Guilherme Borges Fernandez³⁶

Meta 10: Eloisa Helena Barcelos Freire³⁷; Regina Bienenstein³⁸; Nathur Duarte Pereira Junior³⁹, Thyago Araújo⁴⁰

Meta 11: Regina Bienenstein; Daniela Amaral⁴¹; Natália Coelho de Oliveira⁴²; Nayana Corrêa Bonamichi⁴³; Julia Vilela Caminha⁴⁴; Raama Crevelande⁴⁵; Gabriel de Azevedo Franco⁴⁶; Tiago Cargnin Gonçalves⁴⁷

Projeções estatísticas: Cássio Freitas Pereira de Almeida⁴⁸

Imagens: Rafael Drumond⁴⁹; Rafaela Carvalho⁵⁰; Karinna de Aquino Paz⁵¹; Felipe de Souza Gonçalves⁵²

META 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos naturais, na região dos MIC.

Indicadores:

- Proporção de áreas cobertas por florestas
- Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação

META 10 Reduzir em 20%, até 2012, os domicílios sem acesso às redes gerais de água e de esgoto e à coleta de resíduos sólidos, na região dos MIC.

Indicadores:

- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água e à rede de esgoto nos MIC
- Percentual de área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos nos MIC

³⁴ Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁵ Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁶ Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁷ Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Engenharia Civil.

³⁸ Professora Titular do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

³⁹ Graduando em Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴⁰ Graduando em Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴¹ Pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

⁴² Pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

⁴³ Pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

⁴⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴⁵ Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴⁶ Mestrando em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

⁴⁷ Pesquisador de Informações Geográficas e Estatísticas/IBGE, Professor do Curso de Bacharelado em Estatística, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

⁴⁸ Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴⁹ Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁵⁰ Graduanda em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁵¹ Graduanda em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁵² Graduanda em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

META 11

Até 2012, ter alcançado uma melhora significativa na vida de, pelo menos, 10% dos habitantes de assentamentos precários que moram na região dos MIC

Indicadores:

- Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana, por município na região dos MIC
- Percentual de domicílios em assentamentos precários em relação ao total de domicílios urbanos, por município na região dos MIC
- Percentual de domicílios regularizados em assentamentos precários em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, na região dos MIC
- Percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e vias calçadas) em relação ao total de assentamentos precários, por município na região dos MIC
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais para famílias com renda até seis salários mínimos em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, por município na região dos MIC

A topografia no município de Maricá está, diferentemente dos outros municípios de influência do Comperj, associada às variações do nível do mar, que condicionaram extensas planícies costeiras e formações lagunares. Nestas áreas a vegetação pioneira de restinga predomina. Já as áreas mais elevadas de Maricá estão associadas a maciços costeiros onde se desenvolve a Mata Atlântica. De acordo com o Mapa observa-se que a vegetação florestal se encontra fragmentada, enquanto as formações pioneiras possuem forte representação no centro da área do município no contato com o oceano.

O monitoramento efetuado do índice de áreas naturais em Rio Bonito mostrou uma variação negativa entre 2005 e 2011.

Ao serem observados os dados de uso e cobertura do solo entre 2005 e 2011, foi verificado que houve um decréscimo das áreas de floresta e um aumento considerável das áreas urbanizadas, o que explica o exposto acima. Os valores percentuais da classe gramíneas ou coberturas herbáceas (62,21%) assim como da classe florestas (28,57%)

Variação em km² dos usos determinados no município de Rio Bonito

Classes de Uso	2005	2008	2009	2010	2011
Culturas diversas	20,27	16,61	23,67	23,65	23,40
Florestas	149,90	148,15	139,25	132,32	131,72
Formações pioneiras	1,71	1,37	1,48	1,48	1,48
Gramíneas ou coberturas herbáceas	275,03	285,91	281,17	287,96	286,79
Refúgios vegetacionais ou comunidades relíquias	0,00	0,00	0,02	0,02	0,02
Áreas urbanas	7,92	9,64	15,03	15,02	14,99

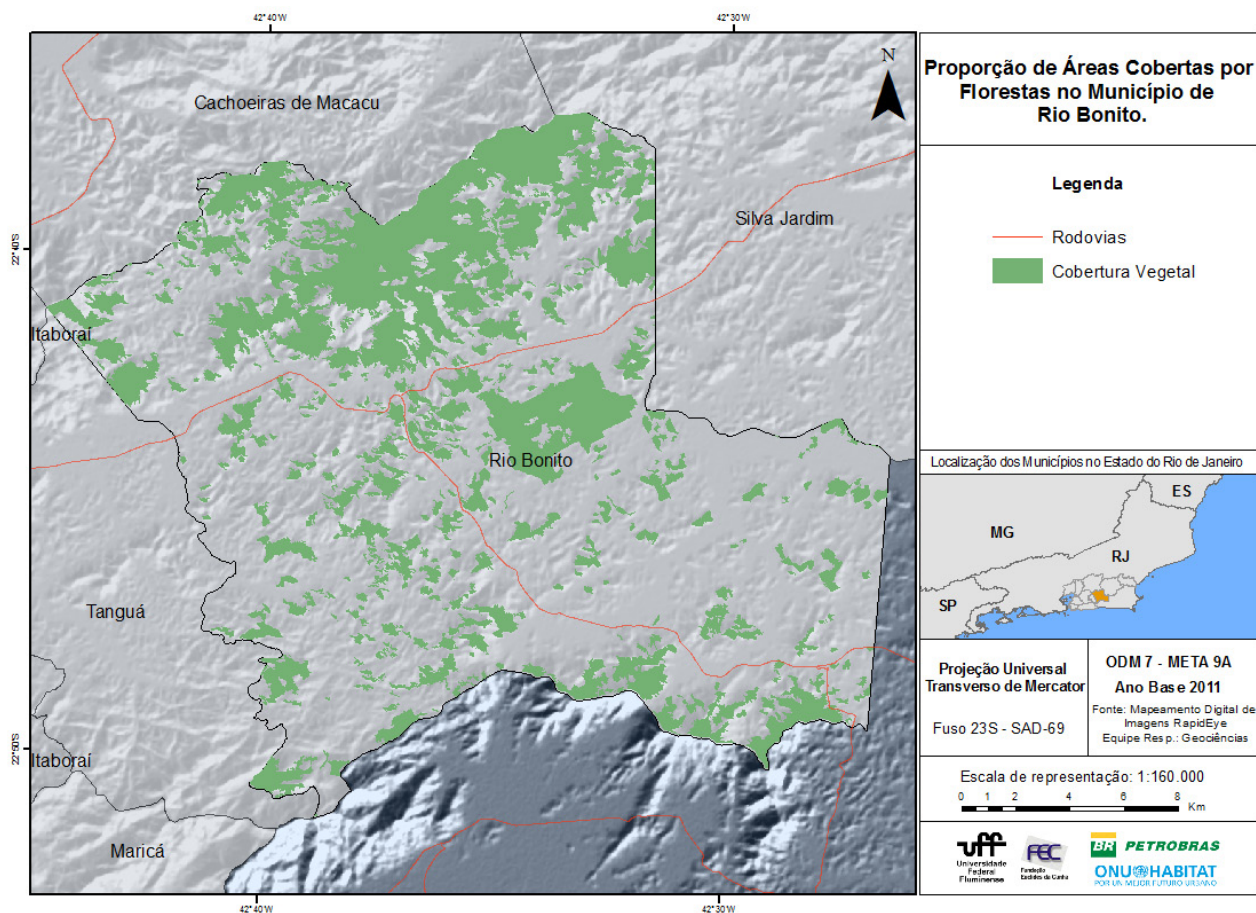
Percentual de áreas naturais remanescentes no município de Rio Bonito

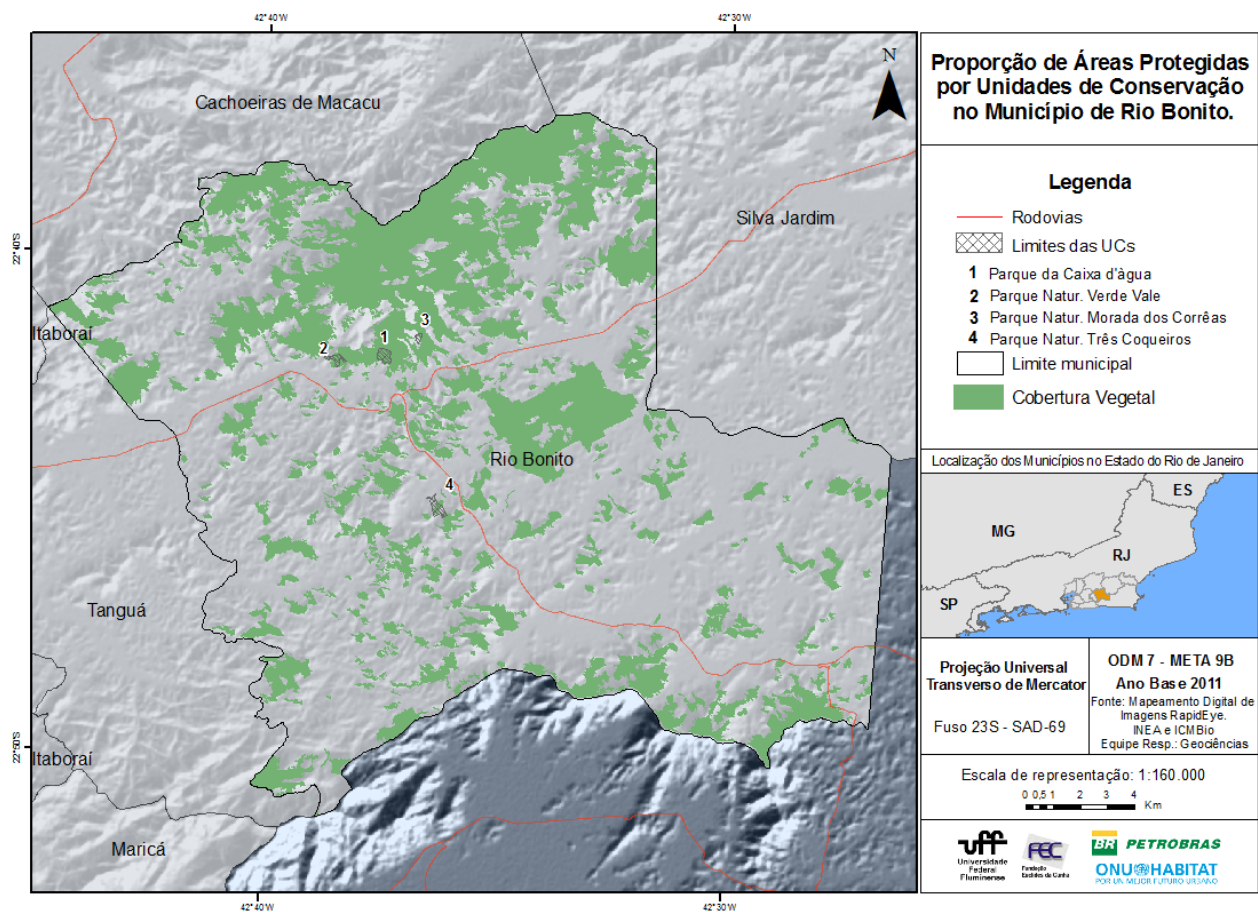
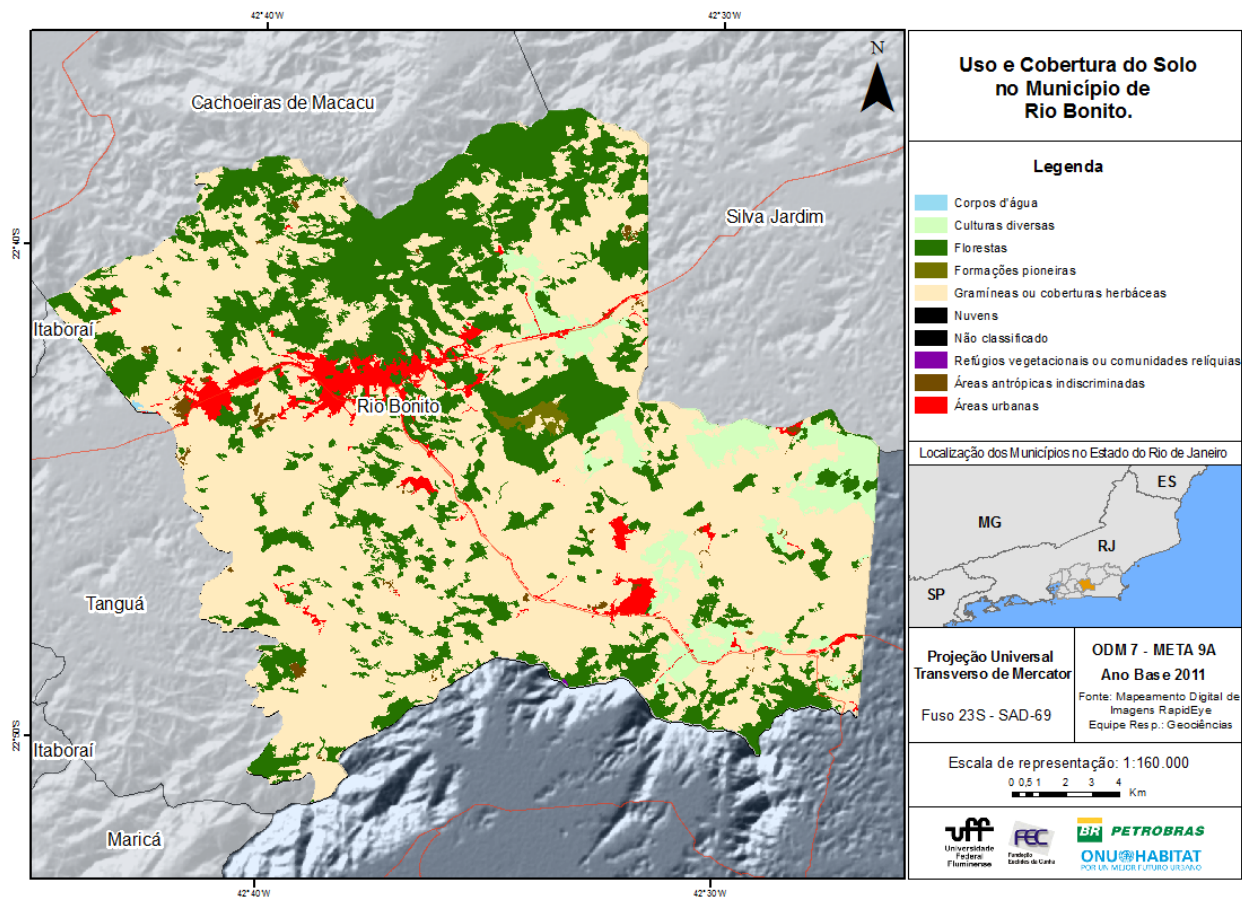
Ano	Índice das Áreas Naturais em Rio Bonito
2005	33%
2008	31%
2009	32%
2010	29%
2011	29%

predominam. Esta última se apresenta de forma fragmentada e associada às elevações altimétricas superiores (topos) dentro do município.

O município de Rio Bonito possuía uma pequena Unidade de Conservação de Proteção Integral de-

nominada Parque Municipal da Caixa D'Água no ano de 2000. Esta UC representa apenas 0,1% da área municipal, com seu tamanho e Estado de conservação, não possui grande importância para a preservação ambiental no que diz respeito à manutenção



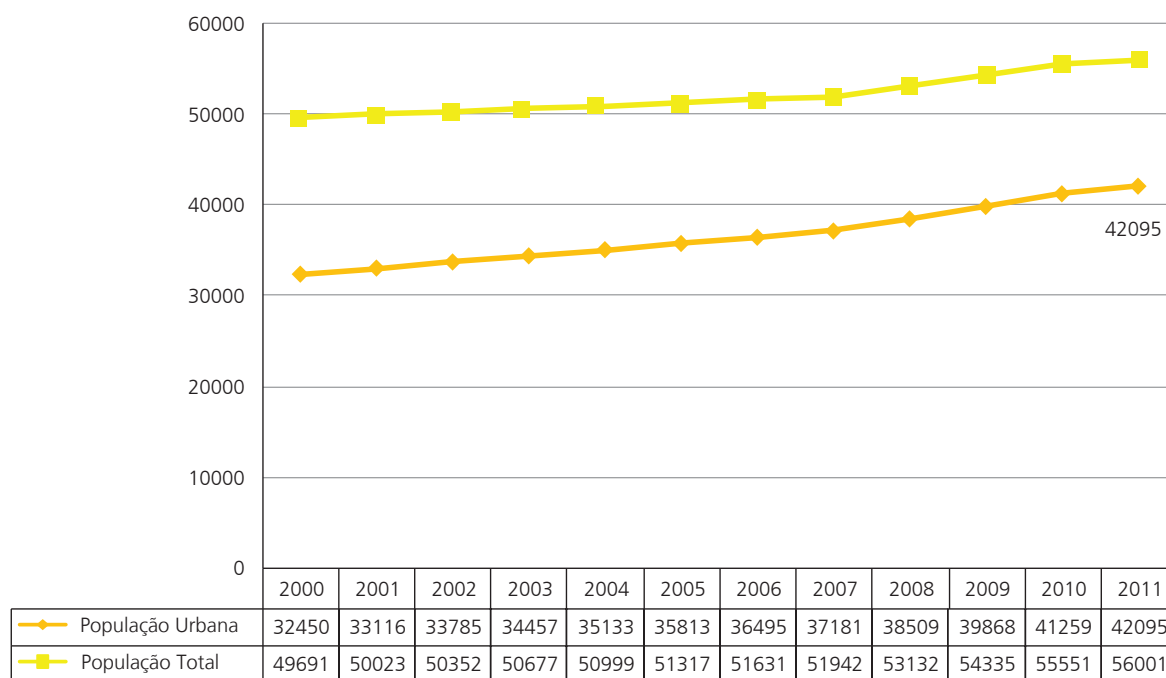


da biodiversidade. É utilizada basicamente como área de lazer pela população do município. Entre o final de 2008 e 2009 foram criadas mais três Parques Municipais reconhecidos pelo MMA, o Parque Natural Verde Vale,

o Parque Natural Morada dos Corrêas e o Parque Natural Três Coqueiros. Juntos, esses três parques possuem 0,44km² de área protegida. Contudo, essa área não foi suficiente para mudar o indicador, permanecendo com

0,1% da área municipal protegida por Unidades de Conservação. Em 2010 e 2011 não foram registradas criações e nem ampliações de áreas de proteção integral no município, ocasionando a manutenção dessa taxa.

População total e urbana



Fonte: Censo IBGE, projeção e estimativa TCU.

Elaboração: NEPHU/UFF, 2012.

Entre os anos 2000 e 2006, linha-base adotada no estudo para análise dos possíveis impactos do Comperj na região, a população total do município variou de 49.691 (2000) para 51.631 habitantes em 2006, ou seja, teve um incremento de 3,90%, taxa inferior ao observado no conjunto dos MIC (7,94%)

para o mesmo período. No período 2006 a 2011, essa tendência se inverteu e a população total (56.001 pessoas em 2011) aumentou 8,46%, portanto, taxa superior à observada na região (6,56%).

Em relação à população urbana, houve um aumento de 12,47% no período 2000-2006. Já no período 2006-

2011, o aumento registrado foi maior (15,34%), enquanto a taxa de crescimento da população urbana nos MIC para este período foi de 7,70%. O gráfico permite visualizar que, em 2007, após o anúncio do Comperj, ocorre uma pequena inflexão na tendência de crescimento da população total e urbana.

CONDIÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL

A Meta 10A analisa a situação relativa ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e destinação de resíduos sólidos. Além da abrangência da cobertura, examina-se a qualidade desses serviços e as principais características de sua gestão.

Em relação ao abastecimento de água no município de Rio Bonito, em 2011 o índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso ao serviço era de 62,33%, próximo ao

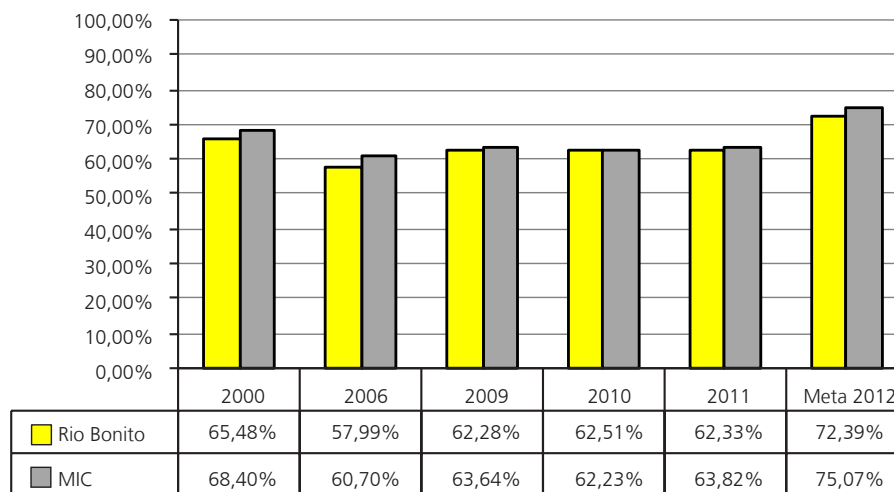
índice dos MIC (63,82% em 2011), porém, distante de atingir sua Meta de 72,39% dos domicílios urbanos atendidos. Nota-se, entretanto, que, no intervalo entre 2000 e 2011, a rede de água foi estendida em 38,95%. Conclui-se que apesar dessa extensão do serviço, ela ainda ficou defasada em relação ao crescimento urbano observado.

Em Rio Bonito, a gestão do serviço de abastecimento de água e coleta de

esgoto é executada pela Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae).

O sistema de abastecimento urbano de água do município de Rio Bonito é formado pela captação na Bacia do rio Bacaxá e na Serra do Sambê. A água é aduzida para a Estação de Tratamento de Água (ETA) localizada no bairro do Centro e sua vazão de saída é de 150 litros/s. Essa ETA foi projetada com vazão suficiente para atender todo o município e hoje só não tem rede de

Abrangência da rede de abastecimento de água (2000, 2006, 2009, 2010 e 2011)



Fonte: IBGE/Cedae, Saae.

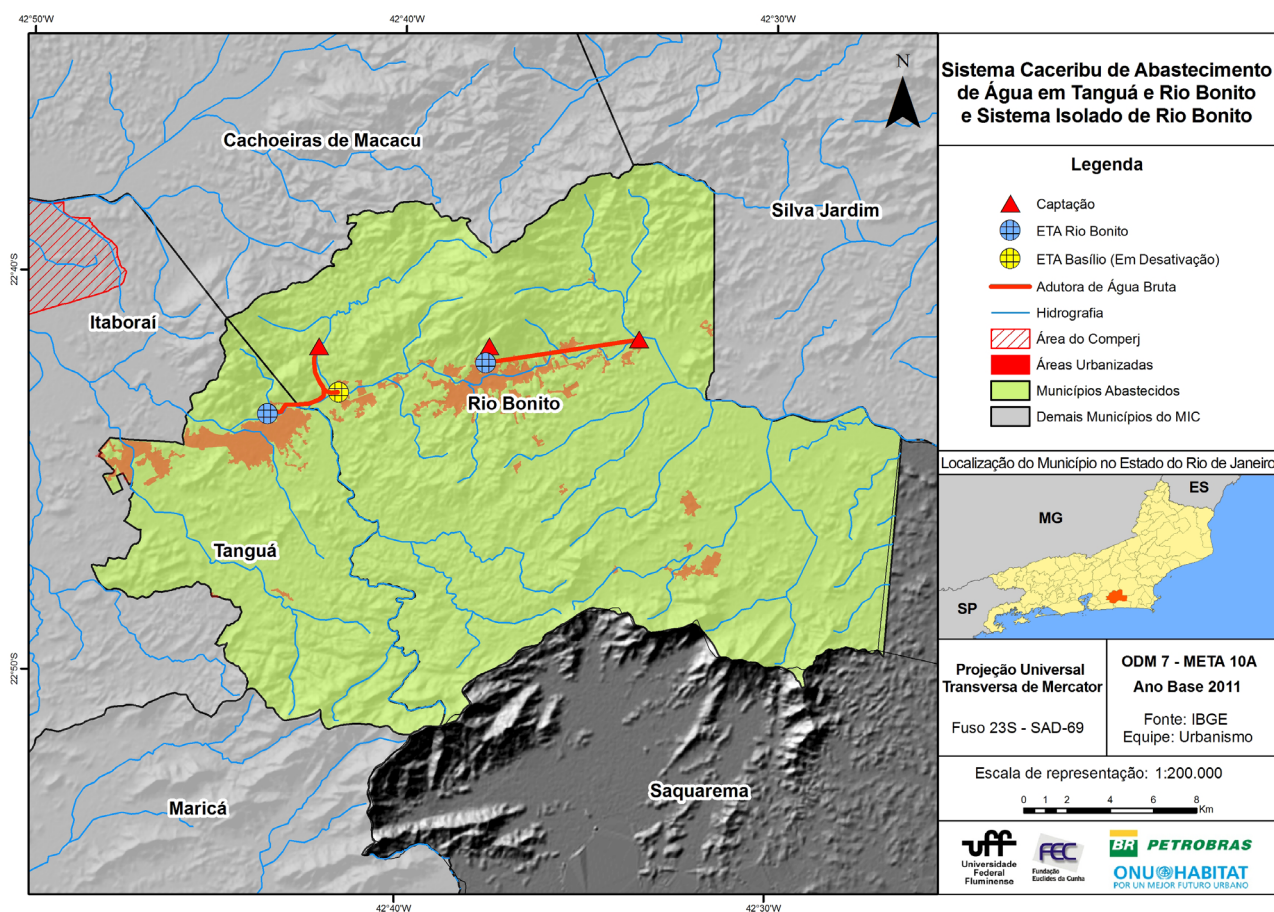
Elaboração: NEPHUI/UFF, 2012.

distribuição para abastecer o bairro de Boa Esperança. Essa ETA é uma estação que executa os principais processos de tratamento de água, isto é: coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção (cloração).

A ETA existente hoje para atender o distrito de Basílio será desativada e o abastecimento da região passará a

ser feito também pela ETA do Centro. Essa obra já está em execução e compreende também a ampliação do sistema de distribuição de água do local. Após a conclusão dessas obras, a bacia do Rio Caceribu ficará exclusiva para atender outros municípios da região, já que deixará de abastecer a ETA de Basílio.

É importante ressaltar que é necessário ampliar investimentos em redes de distribuição para garantir que todo município tenha acesso à rede de água. E quanto à disponibilidade hídrica para isso, segundo a Cedae, o município possui mananciais suficientes dentro de seus limites para assegurar esse atendimento, não necessitando inclusive da bacia do Caceribu.



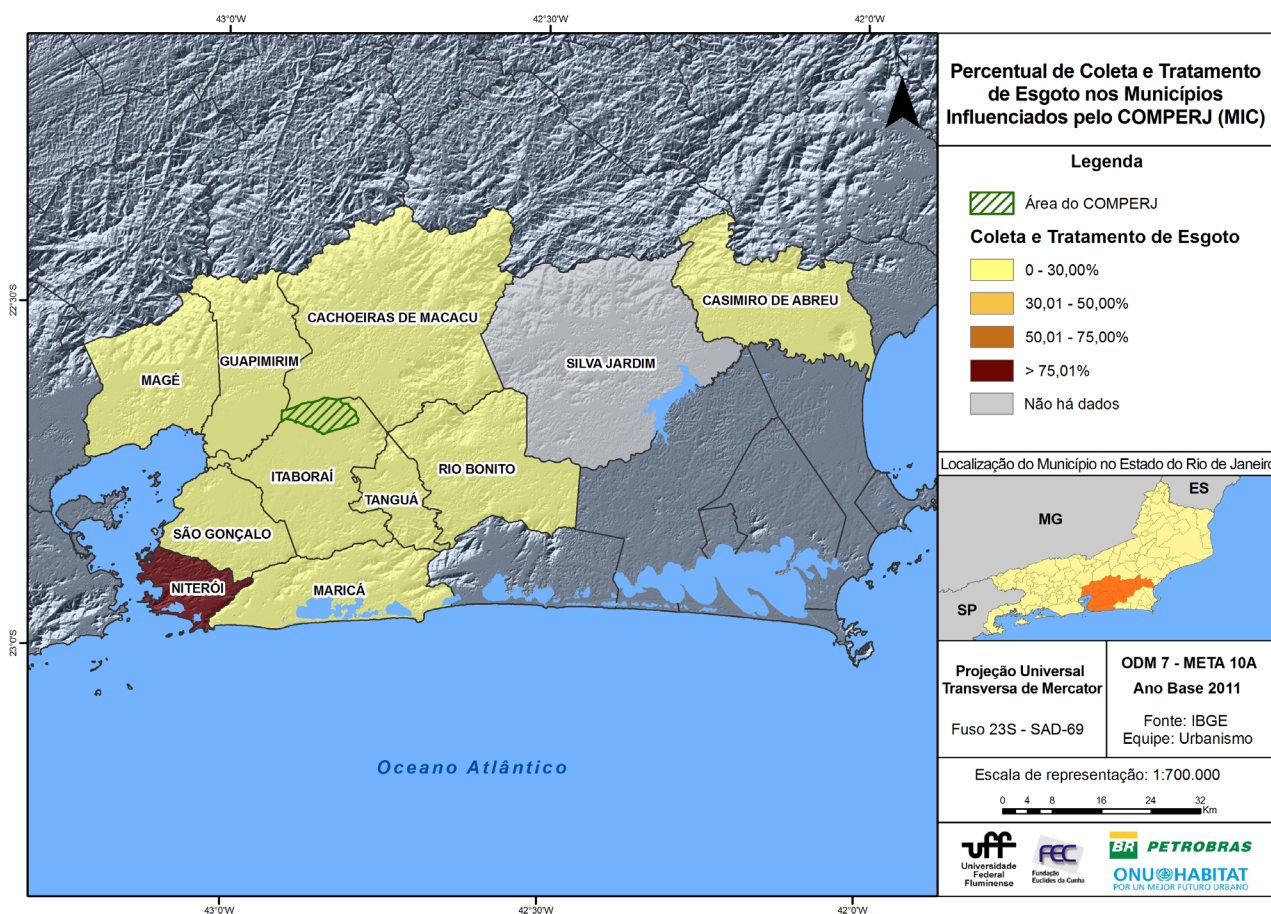
Até o momento, não existe no município rede de coleta ou qualquer sistema de tratamento de esgoto, cabendo lembrar que a responsabilidade da implantação desses serviços na cidade é da Cedae. Hoje, no município, todo o efluente de esgoto produzido na área urbana é lançado nas redes de águas pluviais existentes nos bairros ou lançado diretamente nos rios que cortam a cidade. É importante ressaltar que, como não existe tratamento na rede de águas pluviais, não se pode considerar que no município exista rede mista (sistema unitário).

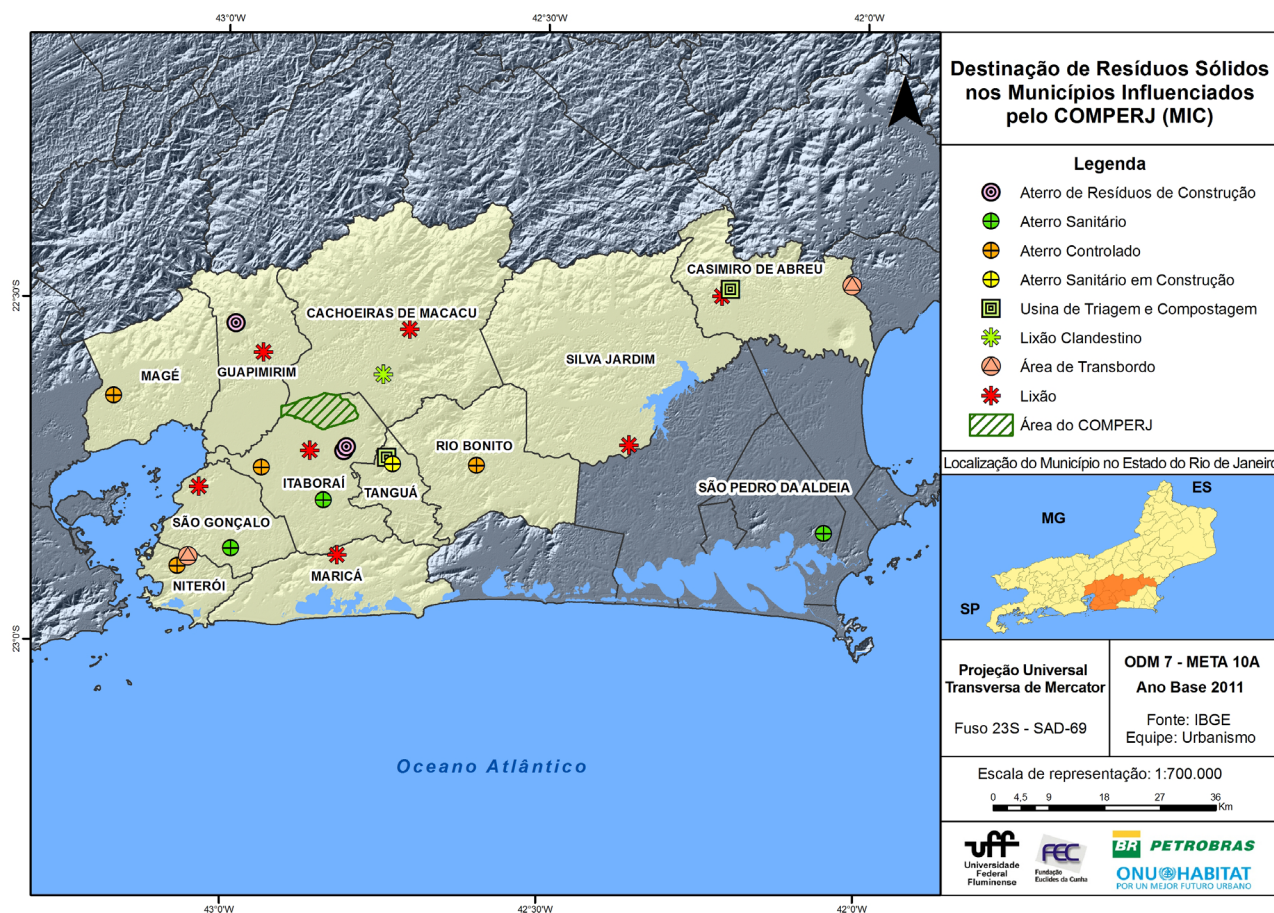
A falta do sistema de coleta e tratamento de esgoto é extremamente grave, pois expõe a população a doenças de veiculação hídrica, degrada o ecossistema local e provoca a contaminação dos rios e do aquífero da região. Isso acaba encarecendo o preço do tratamento da água nas ETAs localizadas a jusante dos pontos de lançamento de esgoto, pois uma água de menor qualidade exige um maior grau de tratamento. A análise custo-benefício da situação, a conclusão de que evitar o lançamento de esgotos in natura no rio

por parte dos municípios de montante, resultará no barateamento do custo do tratamento de água e reduzirá o número de doenças nos municípios à jusante do lançamento, além de garantir uma maior qualidade ambiental.

Quanto aos resíduos sólidos, o município declara cobrir 100% dos domicílios particulares permanentes urbanos com o serviço de coleta. Os dados do IBGE indicam que 93% dos domicílios são cobertos pelo serviço. A empresa EngeTécnica é responsável pela coleta dos resíduos. No município não há coleta seletiva.

Atualmente, os resíduos sólidos do município são encaminhados a um aterro controlado de dimensões reduzidas, localizado em Mato Frio. O aterro possui, ainda, uma unidade de triagem e compostagem e um incinerador.





CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

A Meta 11 trata da questão da habitação da população urbana. Essa análise considera os assentamentos precários, uma das expressões mais importantes da fragilidade das condições de moradia da população mais empobrecida, referenciando-os à área urbanizada. São avaliadas as variações em termos de número de domicílios e de área ocupada na área urbanizada e nos assentamentos (Indicadores A e B), de modo a traçar um panorama sobre os processos de urbanização e de informalidade habitacional. Adicionalmente, são examinadas as ações do poder público, especialmente o municipal, relativas à habitação de interesse social, sejam elas de recuperação/promoção de melhorias no estoque de unidades habitacionais, representado pelos assentamentos precários, sejam de produção de novas moradias (Indicadores D, E e F).

Em relação ao número de domicílios urbanos entre 2000 e 2006, constatou-se um crescimento de 25,08%, passando de 9.268 unidades para 11.592, e, no período seguinte ao anúncio do Comperj (2006-2011), uma leve desa-

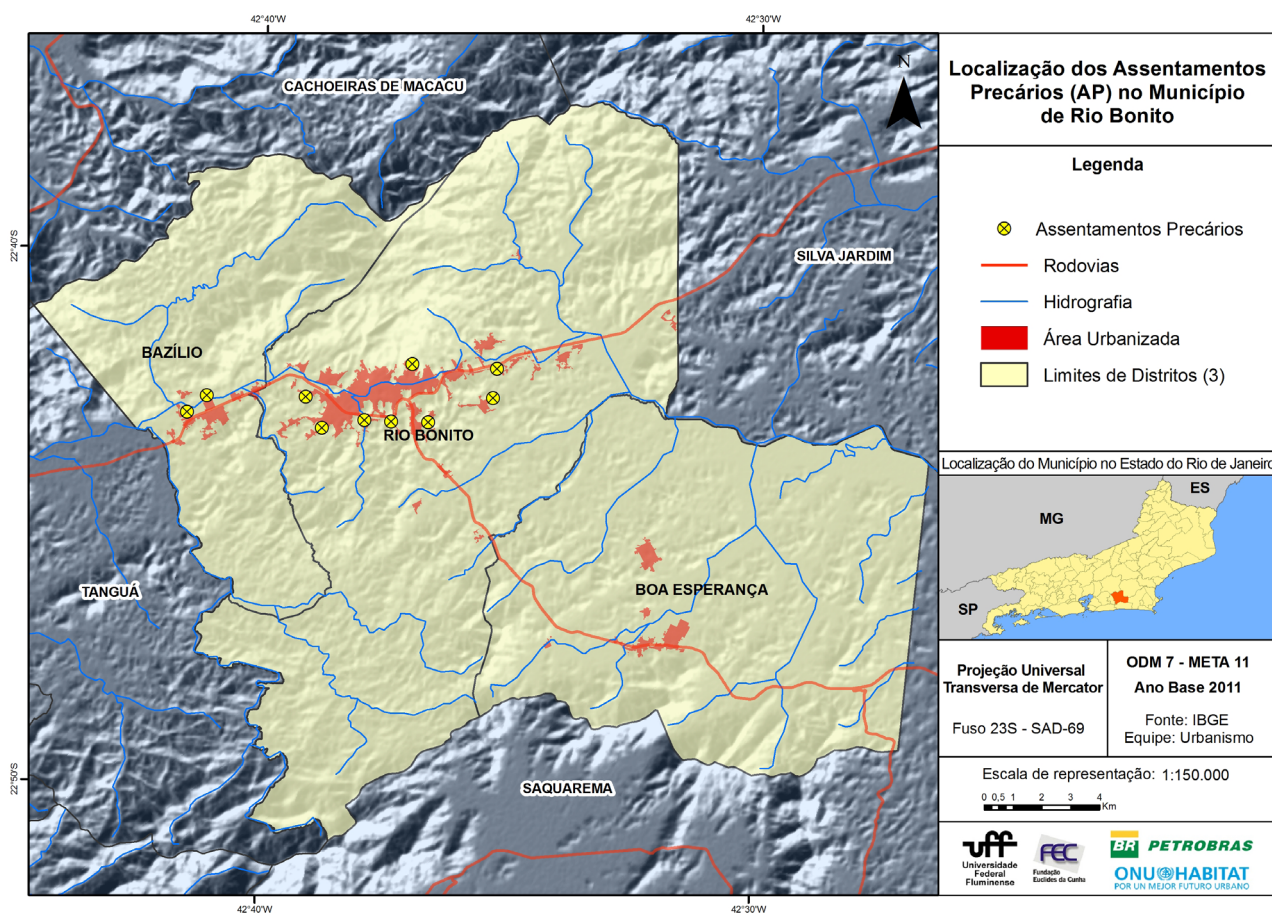
celeração na urbanização, com taxa de crescimento de 16,71%, apresentando 12.755 em 2009, 13.142, em 2010 e, no ano de 2011, atingindo 13.529 domicílios, portanto, sem mudanças de tendência. De qualquer forma, o aumento no período 2000-2011 foi de 45,98%, ou seja, superior à observada no conjunto dos MIC (31,42%).

Os dados referentes aos assentamentos precários identificados nesta pesquisa estão sendo construídos a cada etapa, por meio de rede de lideranças populares que, em imagens de satélite de alta resolução apontam as áreas. Este método foi adotado, tendo em vista a discrepância entre os resultados apresentados por fontes secundárias (Prefeitura, IBGE, PLHIS). Assim sendo, os assentamentos registrados neste boletim correspondem aos reconhecidos por esta pesquisa até a data de fechamento deste documento. Outras áreas precárias foram apontadas recentemente pelas lideranças comunitárias locais. Elas estão sendo avaliadas, conforme o conceito de assentamento precário adotado abaixo:

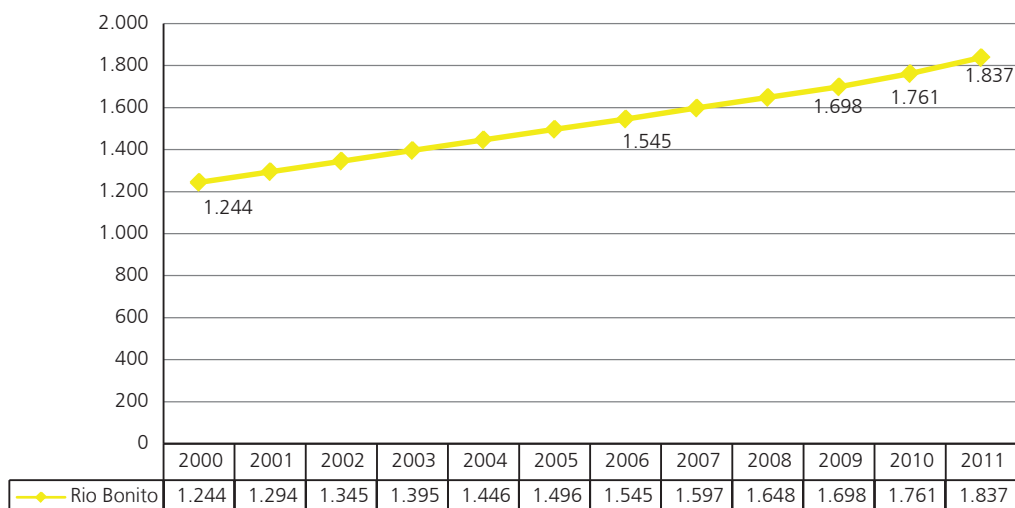
• **Assentamento Urbano Precário ou Subnormal:** conjunto de moradias que carece de segurança da posse da terra e de, pelo menos, um dos seguintes atributos: qualidade estrutural e durabilidade da construção, acesso à água potável e ao esgotamento sanitário;

Em relação à Meta 11 em Rio Bonito, existiam, em 2000, nove assentamentos, os quais permaneceram em 2009, quando, além desses AP, foi identificado um novo loteamento com irregularidade fundiária ou urbanística. Todos esses assentamentos se concentram na periferia da mancha urbana, próximos da Rodovia BR-101.

Os sete AP ocupavam em 2000, 0,480km², ou seja, 5,03% da área urbanizada do município (9,54km²). Esses valores foram para 0,614km² (5,70% da área urbanizada), em 2009 e 5,80% (0,640km²) no ano 2011, evidenciando aumento progressivo no percentual de área urbanizada ocupada por AP. A comparação entre Rio Bonito e o conjunto dos municípios estudados no período 2000-2011, mostra que o crescimento da área ocupada por assen-



Número de domicílios em assentamentos precários em Rio Bonito (2000 e 2011)



Elaboração: NEPHU/UFF, 2012.

Fonte: Dados sobre assentamentos precários: contagem por imagem de satélite 2000, 2009, 2010 e 2011 e estimativa por projeção linear entre 2000 e 2011.

tamentos precários em Rio Bonito foi superior (33,30%) do que o registrado nos MIC (17,35%).

O exame desses dados permite ainda concluir que, em termos do Indicador A, o município vem se afastando da Meta de melhoria definida para 2012 que se-

ria reduzir para 4,53% o percentual de áreas ocupadas por assentamentos precários do município. Importante verificar também as alterações em termos de domicílios (Indicador B), o que permitirá identificar se o padrão de crescimento desses assentamentos reafirma a ocu-

pação esgarçada observada em 2000 ou se ele tende a ser mais adensado. Somado a isto, a avaliação do alcance da Meta deve contemplar as ações do poder público, direcionadas para a recuperação desse estoque de moradias (Indicadores D e E).

Com relação à Meta estabelecida para o Indicador B, verifica-se que em 2000 o percentual de domicílios em AP era de 13,42%, frente ao total de domicílios urbanos, passando em 2011 para 13,58%, indicando que o município está se afastando da Meta estabelecida para 2012, isto é, no máximo 12,08% de seus domicílios urbanos em AP.

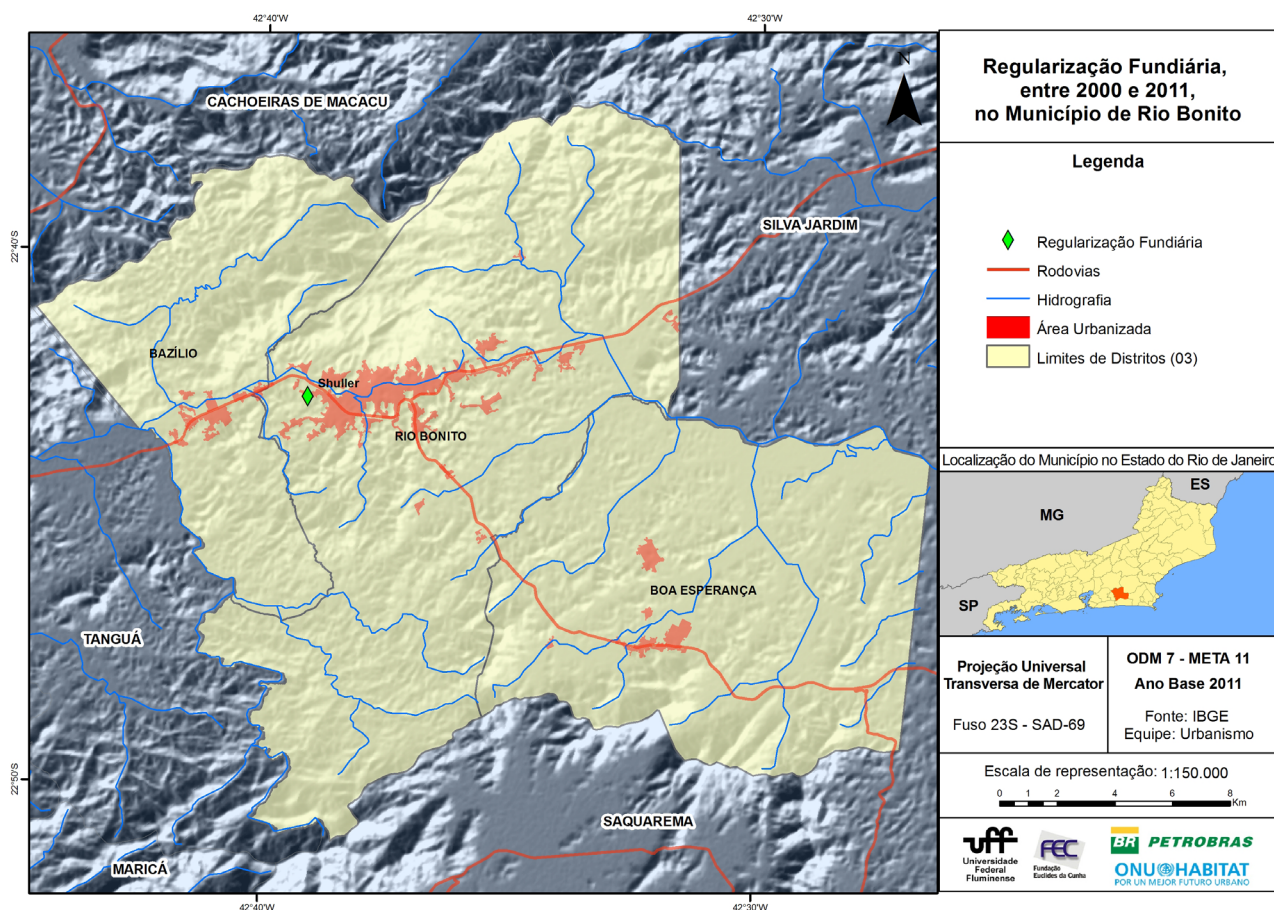
No período 2000-2011, os assentamentos que registraram maior crescimento em área foram Shuller (181,71%) e Mangueira (76,81%). Com relação ao número de domicílios, entre os assentamentos que registraram maior aumento novamente apareceram Shuller (318,18%) e Mangueira (87,67%).

Os dados referentes à produção habitacional nos MIC foram sistematizados em quatro períodos: 2000-2003, 2003-2006, 2006-2009 e 2009-2011, tendo como referência marcos considerados importantes. O ano de 2000 serviu de base para as metas dos ODMs; 2003 marca a criação do Ministério das Cidades; em 2006 ocorreu o anúncio

Área e número de domicílios em AP (2000 a 2011)

Nome do Assentamento	Localização	Área dos AP (km²)					Número de Domicílios				
		2000	2009	2010	2011	Cresc. Total %	2000	2009	2010	2011	Cresc. Total %
Beira Rio	-	0,051	0,056	0,056	0,056	9,73%	79	90	97	98	24,05%
Boqueirão	1º Distrito	0,094	0,103	0,104	0,110	17,02%	168	249	260	260	54,76%
Bosque Clube	1º Distrito	0,097	0,097	0,110	0,110	13,68%	156	173	186	186	19,23%
Cambucais	2º Distrito	0,038	0,048	0,048	0,048	28,07%	152	172	176	191	25,66%
Mangueira	1º Distrito	0,088	0,153	0,155	0,155	76,81%	227	390	402	426	87,67%
Monteiro Lobato	1º Distrito	0,046	0,047	0,048	0,048	3,85%	340	376	381	408	20,00%
Olarias	1º Distrito	0,009	0,011	0,011	0,011	16,37%	23	38	39	40	73,91%
Rio Vermelho	1º Distrito	0,053	0,066	0,066	0,066	24,00%	88	128	128	131	48,86%
Shuller	1º Distrito	0,005	0,013	0,013	0,014	181,71%	11	36	42	46	318,18%
Praça Cruzeiro	1º Distrito	-	0,020	0,020	0,023	-	-	46	50	51	-
Total		0,480	0,614	0,631	0,640	33,30%	1244	1698	1761	1837	47,67%

Fonte: Prefeitura e lideranças locais. Delimitação por imagens de satélite, 2011.
Elaboração: NEPHUI/UFF, 2012.

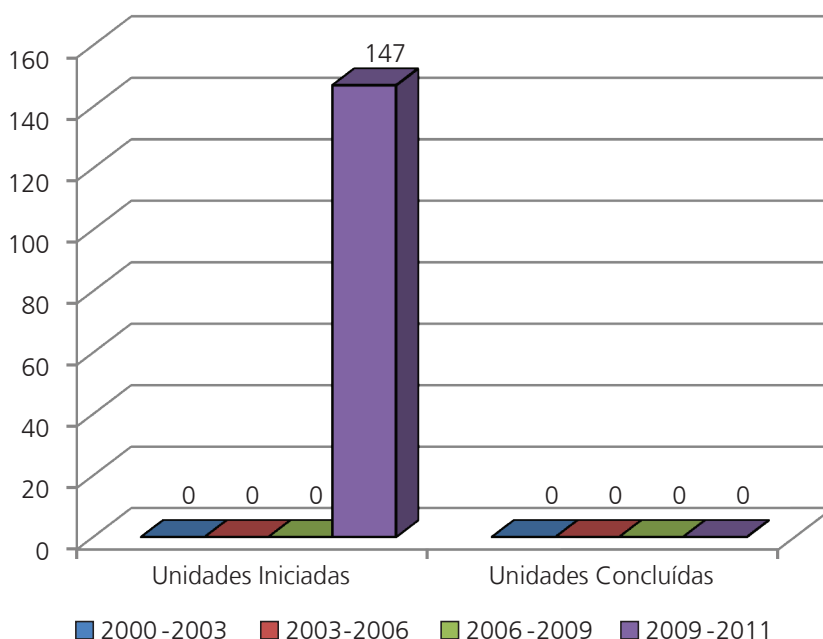


do Comperj; e em 2009 foi iniciada a pesquisa de monitoramento anual, sendo 2011 o último ano com dados atualizados.

Rio Bonito não alcançou sua Meta 11, no que se refere ao Indicador F, ou seja, produzir ou recuperar o estoque habitacional de pelo menos 124 unidades habitacionais, isto é, 10% do total de domicílios em assentamentos em 2000. Em termos de produção de novas moradias, apenas 147 unidades habitacionais tiveram obras iniciadas, em 2010, mas não foram concluídas até 2011. Apesar disso, o município recuperou 120 moradias no período analisado.

Em Rio Bonito, existem obras de pavimentação em sete dos nove assentamentos precários, contudo são obras que podem ser classificadas como intervenções pontuais, conforme definido pelo Ministério das Cidades. Irão beneficiar 1.436 domicílios do total de 1.739 domicílios em APs, representando 82,58%.

Produção habitacional (2000 a 2011)



Fonte: Prefeitura e lideranças comunitárias.
Elaboração: NEPHU/UFF, 2012.

Urbanização em assentamentos precários (2000 a 2011)

Municípios	Nº de Dom. em Assentamentos	Nº de Assentamentos	Assentamentos com Obras de Urbanização	Estágio	Moradias Urbanizadas	Tipo de Urbanização
2000-2011						
Maricá	4.897	19	Mangueira	Andamento	394	Intervenções pontuais
			Boqueirão	Andamento	253	Intervenções pontuais
			Bosque Clube	Andamento	157	Intervenções pontuais
			Monteiro Lobato	Andamento	408	Intervenções pontuais
			Praça Cruzeiro	Andamento	48	Intervenções pontuais
			Rio Vermelho	Andamento	130	Intervenções pontuais
			Shuller	Andamento	46	Intervenções pontuais
MIC	103.968	309	-	-	9.292	-

Fonte: Prefeitura e lideranças comunitárias.
Elaboração: Equipe Habitação NEPHU/UFF, 2012.

No que se refere à regularização fundiária, existe um processo em andamento no Assentamento Shuller que irá beneficiar 46 famílias, por meio de concessão de uso para fins de moradia, permitindo que o município atinja a meta em termos do Indicador D.

Rio Bonito tem sete assentamentos com intervenções pontuais, o que coloca o município em situação preocupante no que se refere ao Indicador E, pois entre 2000 a 2011 não foram desenvolvidos projetos de urbanização em assentamentos.



ODM9

ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO COMPERJ

Metas 12 a 18, 23 e 24: Jorge Nogueira de Paiva Britto⁵³; Carlos E. Guanzirolí⁵⁴; Daniel Ribeiro⁵⁵; Claudio Considera⁵⁶; Leonardo Mulls⁵⁷; Luciano Losekan⁵⁸; Marco Vargas⁵⁹; Alberto Di Sabbato⁶⁰

Meta 21 e 22: Edna Massae Yokoo⁶¹; Ana Paula Costa Resende⁶²; Sandra Costa Fonseca⁶³; Andréa Sobral de Almeida⁶⁴; Waldemir Paixão Vargas⁶⁵; Hélia Kawa⁶⁶

META 12 Viabilização de crescimento continuado da região dos MIC acima do crescimento do Estado e do País.
Indicadores:

- Evolução do PIB em valores constantes
- Evolução do PIB *per capita* em valores constantes

META 13 Atração de mão de obra qualificada para a região dos MIC.
Indicador:

- Evolução do emprego formal

META 14 Melhoria do perfil do mercado de trabalho na região dos MIC.
Indicadores:

- Evolução da taxa de desemprego
- Remuneração média mensal do trabalho formal (em valores correntes)

⁵³Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁵⁴Professor Associado IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁵⁵Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

⁵⁶Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁵⁷Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

⁵⁸Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

⁵⁹Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁶⁰Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

⁶¹Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

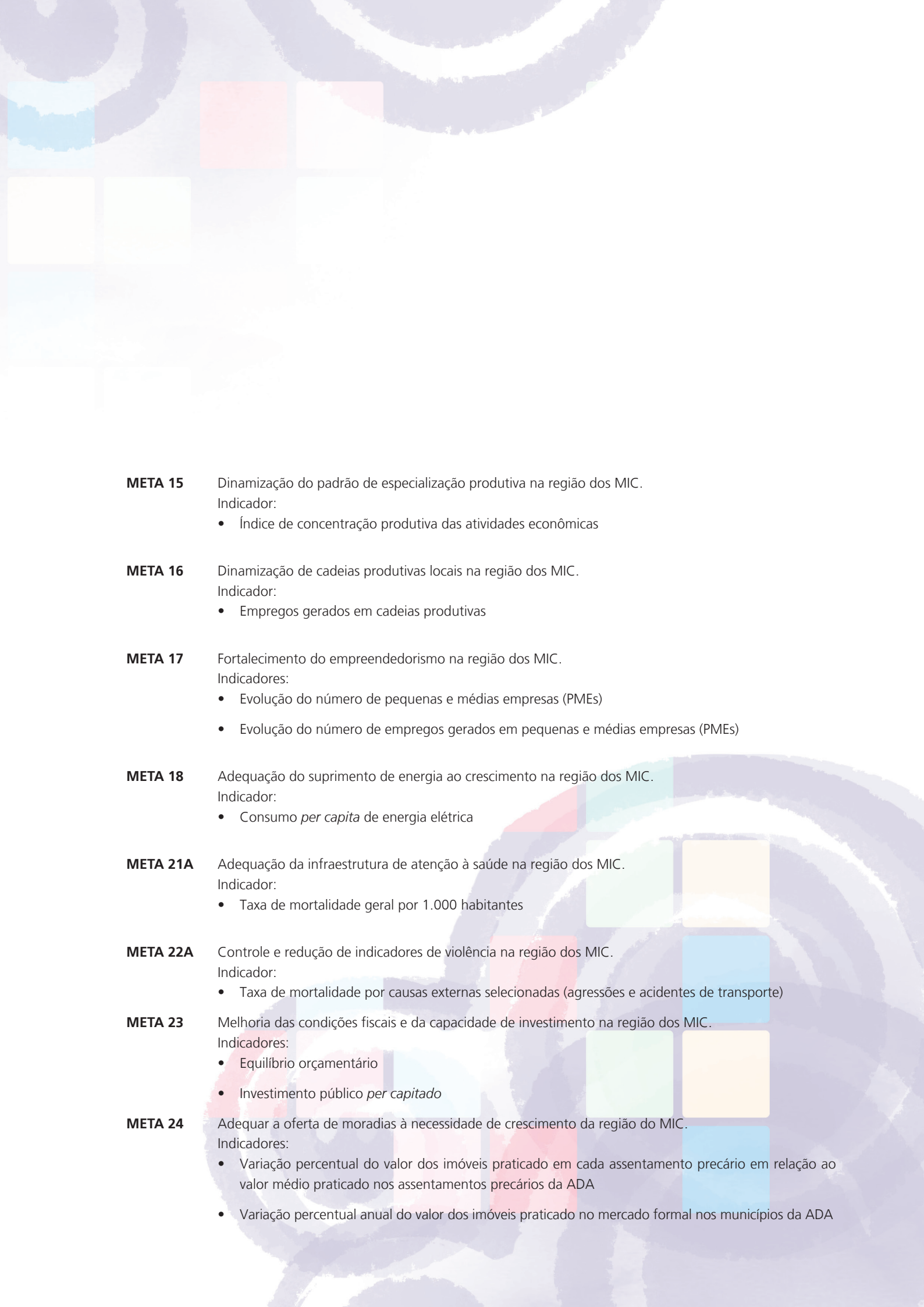
⁶²Pesquisadora do grupo de pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁶³Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁶⁴Pesquisadora do grupo de pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁶⁵Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁶⁶Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

- 
- META 15** Dinamização do padrão de especialização produtiva na região dos MIC.
Indicador:
- Índice de concentração produtiva das atividades econômicas
- META 16** Dinamização de cadeias produtivas locais na região dos MIC.
Indicador:
- Empregos gerados em cadeias produtivas
- META 17** Fortalecimento do empreendedorismo na região dos MIC.
Indicadores:
- Evolução do número de pequenas e médias empresas (PMEs)
 - Evolução do número de empregos gerados em pequenas e médias empresas (PMEs)
- META 18** Adequação do suprimento de energia ao crescimento na região dos MIC.
Indicador:
- Consumo *per capita* de energia elétrica
- META 21A** Adequação da infraestrutura de atenção à saúde na região dos MIC.
Indicador:
- Taxa de mortalidade geral por 1.000 habitantes
- META 22A** Controle e redução de indicadores de violência na região dos MIC.
Indicador:
- Taxa de mortalidade por causas externas selecionadas (agressões e acidentes de transporte)
- META 23** Melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento na região dos MIC.
Indicadores:
- Equilíbrio orçamentário
 - Investimento público *per capita*
- META 24** Adequar a oferta de moradias à necessidade de crescimento da região do MIC.
Indicadores:
- Variação percentual do valor dos imóveis praticado em cada assentamento precário em relação ao valor médio praticado nos assentamentos precários da ADA
 - Variação percentual anual do valor dos imóveis praticado no mercado formal nos municípios da ADA

O ODM 9, que objetiva acelerar o processo de desenvolvimento local, com redução de desigualdades na região dos MIC, apresenta várias metas, tais como: (i) viabilizar o crescimento continuado da região acima do crescimento do Estado e do País; (ii) atrair mão de obra qualificada para a região; (iii) melhorar o perfil do mercado de trabalho na região; (iv) dinamizar o padrão de especialização produtiva da região; (v) dinamizar cadeias produtivas locais; (vi) fortalecer o empreendedorismo na região; (vii) adequar o suprimento de energia ao crescimento da região; (viii) adequar a malha de transportes; (ix) adequar a infraestrutura de telecomunicações; e (x) promover melhorias das condições fiscais e da capacidade de investimento dos muni-

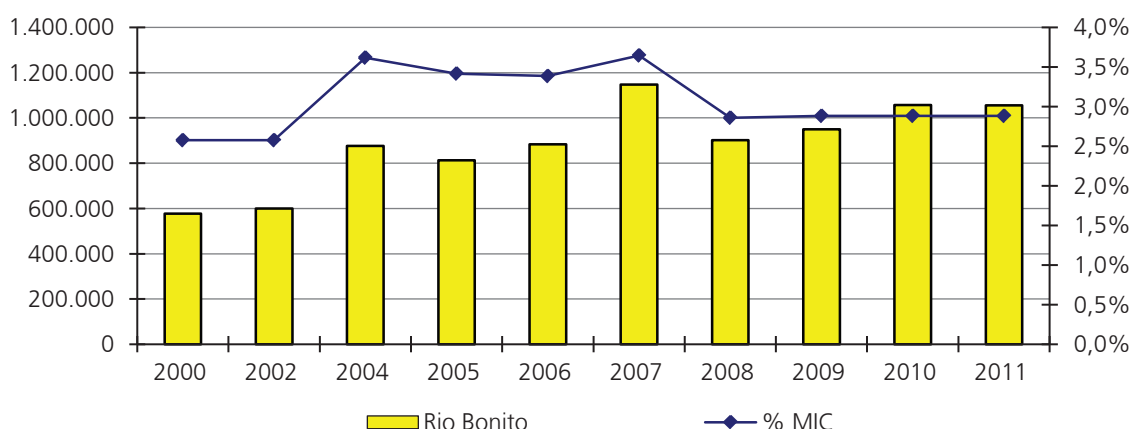
cípios. Para tanto, serão apresentados alguns dos indicadores elaborados para acompanhar a evolução dessas metas.

O PIB no município de Rio Bonito cresceu de R\$ 577,4 milhões, em 2000, para R\$ 1,05 bilhão em 2011, o que equivale a um crescimento real de R\$ 477,7 milhões. Nesse mesmo período, o PIB do conjunto dos MIC cresceu R\$ 14,2 bilhões, saindo de R\$ 22,4 bilhões, em 2000, para R\$ 36,6 bilhões em 2011. Em relação aos demais municípios da região analisada, verifica-se que Rio Bonito encontra-se na oitava posição em termos de maior produto agregado no ano de 2011.

O PIB *per capita* do município de Rio Bonito aumentou em R\$ 6.727,00 passando de R\$ 12.113,00 em 2000, para

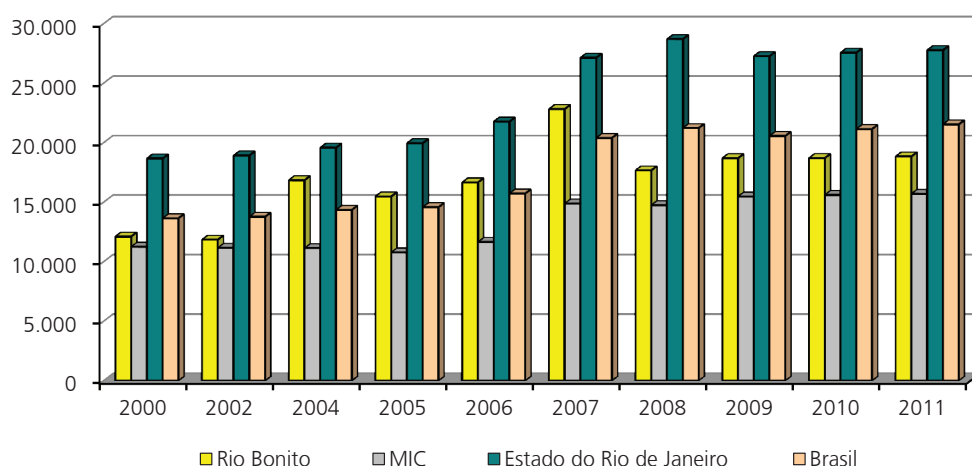
R\$ 18.841,00 em 2011, equivalendo a um aumento de 55,5% entre os anos analisados. Em contraste, o PIB *per capita* registrado no conjunto dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil cresceu 39,5%, 48,7% e 57,8%, respectivamente, entre os anos de 2000 e 2011. Dessa forma, no último ano do período (2011), o PIB *per capita* registrado pelo conjunto dos MIC foi de R\$ 15.706,00 ao passo que no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil os montantes registrados foram de R\$ 27.767 e R\$ 21.536. Em comparação com os demais municípios da área de influência direta do Comperj, notamos que Rio Bonito ficou na quarta posição em termos de maior PIB *per capita* em 2011, posicionando-se atrás dos municípios de Casimiro de

PIB do município de Rio Bonito e participação no PIB da região dos MIC de 2000 a 2011 (em R\$ 1000,00 de 2011)



Fonte: IBGE (sistema de contas nacionais) e estimativas da Equipe de Economia.

PIB *per capita* do município de Rio Bonito, da região dos MIC, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil entre 2000 e 2011 (valores *per capita* em R\$ de 2011)



Fonte: IBGE (sistema de contas nacionais) e estimativas da Equipe de Economia.

Abreu, Niterói e Cachoeiras de Macacu.

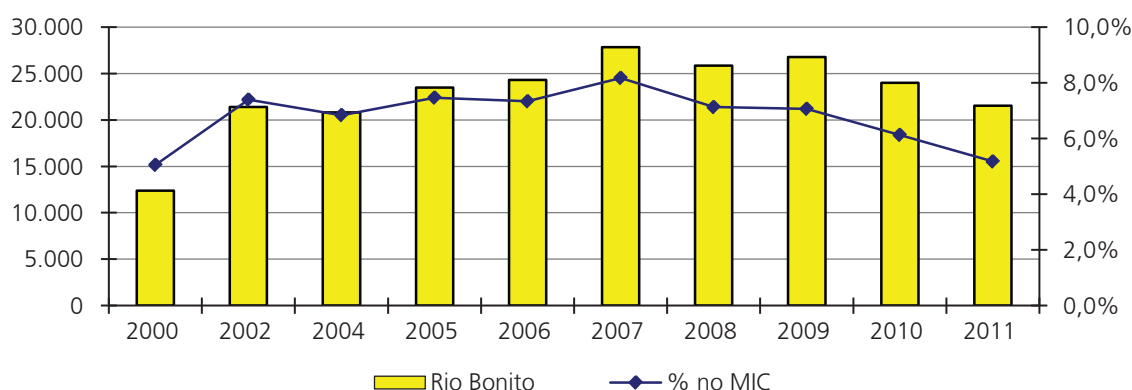
Entre os anos 2000 e 2011, o total de empregos formais contabilizados no município de Rio Bonito cresceu 74%, evoluindo de 12.370 para 21.518 postos de trabalho. Com isso, Rio Bonito aumentou sua participação no total de empregos criados na região de influência direta do Comperj de 5,1%, em 2000, para 5,2% em 2011. Cabe destacar que nesse mesmo período o número de postos de trabalho gerados no conjunto dos MIC passou de 244,5 mil para 415,4 mil. Em comparação com os demais municípios impactados pelo Comperj de forma direta, nota-se que, em 2011, Rio Bonito ocupou a quarta posição em termos de quantidade de emprego formal, ficando atrás

dos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

A taxa de desemprego estimada para o município de Rio Bonito passou de 12,8%, em 2000, para 8,1% em 2011, ficando acima das taxas de desemprego estimadas para o Estado do Rio de Janeiro (7,8% em 2011) e abaixo das taxas estimadas para o conjunto dos MIC (8,6% em 2011). Em paralelo, nota-se que durante o período analisado a queda da taxa de desemprego no município de Rio Bonito foi de 4,7 pontos percentuais, ao passo que no Estado do Rio de Janeiro e no grupo de municípios que compõem a região de influência direta do Comperj as quedas foram de 9,3 e 8,9 pontos percentuais, respectivamente. Em comparação com

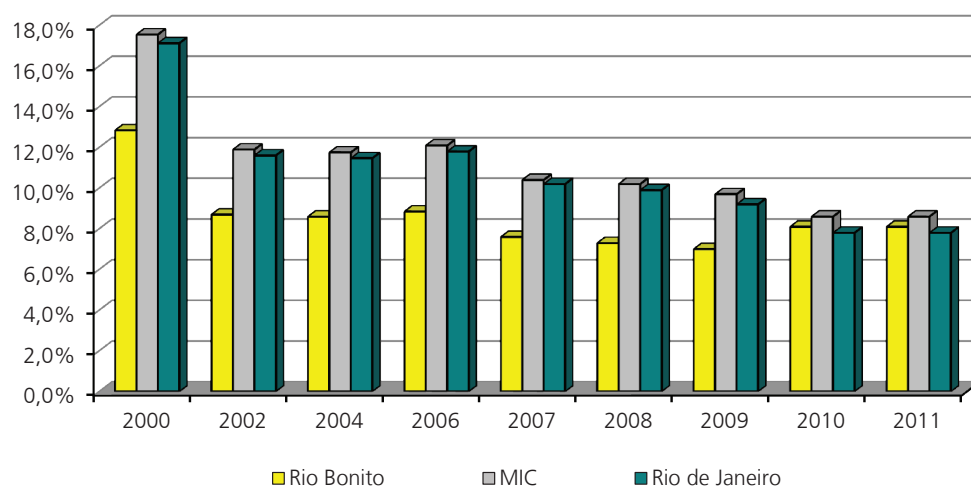
os outros municípios analisados, Rio Bonito registrou, em 2011, a quarta posição em termos de menor taxa de desemprego, ficando atrás dos municípios de Niterói, Maricá e Casimiro de Abreu.

Evolução do emprego formal no município de Rio Bonito e participação no total de empregos na região dos MIC entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

Evolução da taxa de desemprego no município de Rio Bonito, na região dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2011



Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010, Pnad e PME) e estimativas da Equipe de Economia.

A remuneração média mensal da mão de obra formal empregada no município de Rio Bonito passou de R\$ 395,00 em 2000, para R\$ 1.052,00 em 2011, o que significa um acréscimo nominal de R\$ 657,00. Em paralelo, os aumentos nominais da remuneração média mensal do trabalho formal no âmbito dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil foram de R\$ 936,00, R\$ 1.199,00 e R\$ 1.002,00 entre os anos analisados. Com isso, em 2011, a remuneração média mensal registrada para o trabalho formal foi de R\$ 1.472,00 para os municípios da área de influência direta do Comperj, R\$ 2.002,00 para o Estado do Rio de

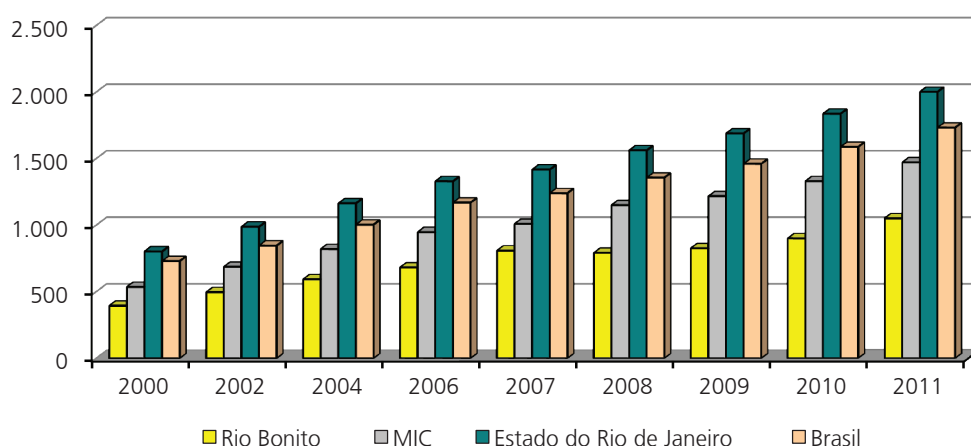
Janeiro e R\$ 1.733,00 para o Brasil. Em comparação com os MIC, Rio Bonito ocupou a décima primeira posição em termos de maior remuneração média mensal em 2011.

Um aspecto importante das atividades econômicas diz respeito ao grau de concentração (ou diversificação) dos setores produtivos existente em uma localidade qualquer. Neste contexto, quanto maior for o índice de Herfindhal, mais concentrada e, por consequência, menos diversificada é a estrutura produtiva da região em análise. Com isso, pode-se observar que, em 2011, o município de Rio Bonito localizava-se na última posição, entre os municípios da

área de influência do Comperj (MIC), em termos do nível de concentração da estrutura produtiva (ou seja, apresentava o maior grau de diversificação da região). Em termos comparativos, o valor do índice de concentração de Herfindhal no município (0,066) foi inferior à média dos MIC (0,079), do Estado do Rio de Janeiro (0,071) e do Brasil (0,071). Entre 2000-2011, este índice diminuiu 71,3% no município, evidenciando uma desconcentração da estrutura produtiva.

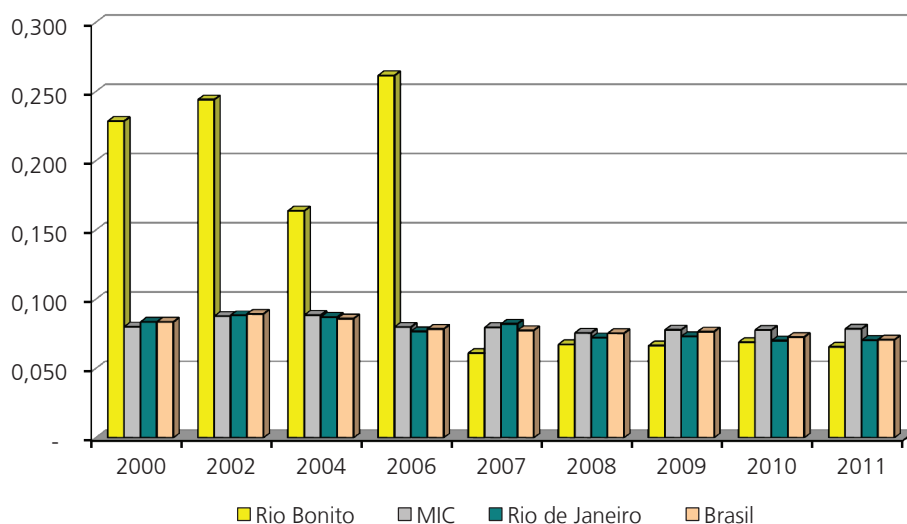
No que se refere à estrutura produtiva do município de Rio Bonito, é possível considerar um recorte a dois dígitos da Classificação Nacional de

Evolução da remuneração média mensal no município de Rio Bonito, na região dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

Evolução do índice de concentração produtiva (índice de Herfindhal - dois dígitos) entre 2000 e 2011



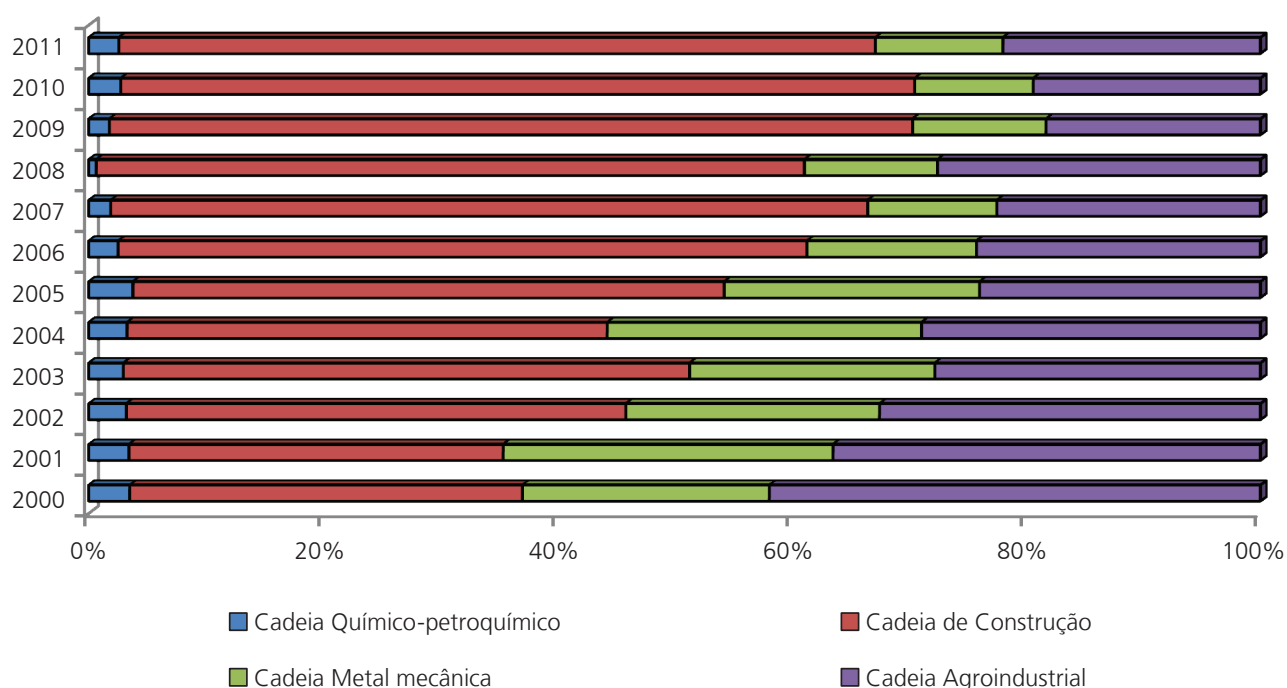
Fonte: Elaborado pela Equipe de Economia a partir dos dados da Rais (MTE).

Atividades Econômicas (CNAE), para identificar as atividades econômicas mais relevantes para a geração de empregos, bem como aquelas nas quais o município encontrava-se relativamente mais especializado no ano de 2011. No município analisado, 64% do emprego concentrado nas atividades de administração pública, defesa e seguridade social, comércio varejista, seleção, agenciamento e locação de mão de obra, serviços de escritório e outros serviços prestados principalmente às empresas, serviços especializados para construção, atividades de atenção à saúde humana, serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas, transporte terrestre. Por outro lado, verificou-se maior especialização relativa do emprego nas seguintes atividades: atividades auxiliares dos serviços financeiros, serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas, outras atividades de serviços pessoais, serviços especializados para construção, aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros, serviços de escritório e outros serviços prestados às empresas, reposição de equipamentos de informá-

tica e de objetos pessoais e domésticos, atividades de prestação de serviços de informação.

Considerando as quatro cadeias produtivas selecionadas para investigação – Agroindustrial; Químico-petroquímica; Metal-mecânica; Construção civil – verifica-se que em 2011, a cadeia de construção foi responsável pela geração em Rio Bonito de 64,6% do emprego formal oriundo do conjunto das cadeias produtivas estudadas, enquanto as cadeias agroindustrial, químico-petroquímica e metal-mecânica ficaram responsáveis por 22%; 2,6% e 10,9% do total desses empregos, respectivamente. Ao longo do período 2000-2011, a cadeia de construção registrou um aumento de 31 pontos percentuais, enquanto as outras cadeias registraram perdas relativas de importância.

Distribuição dos empregos gerados nas cadeias produtivas selecionadas no município de Rio Bonito (em %) entre 2000 e 2011

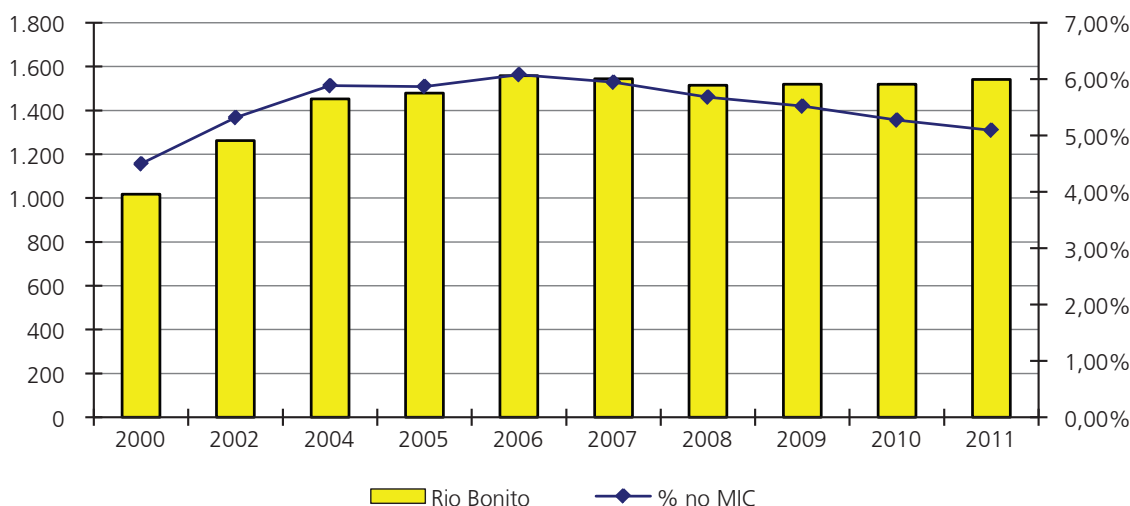


O número de pequenas e médias empresas (PMEs) no município de Rio Bonito passou de 1.107, no ano 2000, para 1.541 em 2011, o que corresponde a um aumento de 51,5 %. Com isso, a participação do município de Rio Bonito no total de PMEs dos MIC sofreu um acréscimo de 4,5% para 5,09% entre os anos de 2000 e 2011. Em comparação com os demais municípios da área influenciada pelo Comperj no ano de 2011, Rio Bonito posicionou-se em quinto lugar em termo de maior quantidade de PMEs, ficando atrás de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Magé.

No que se relaciona ao total de empregos gerados por Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no município de Rio

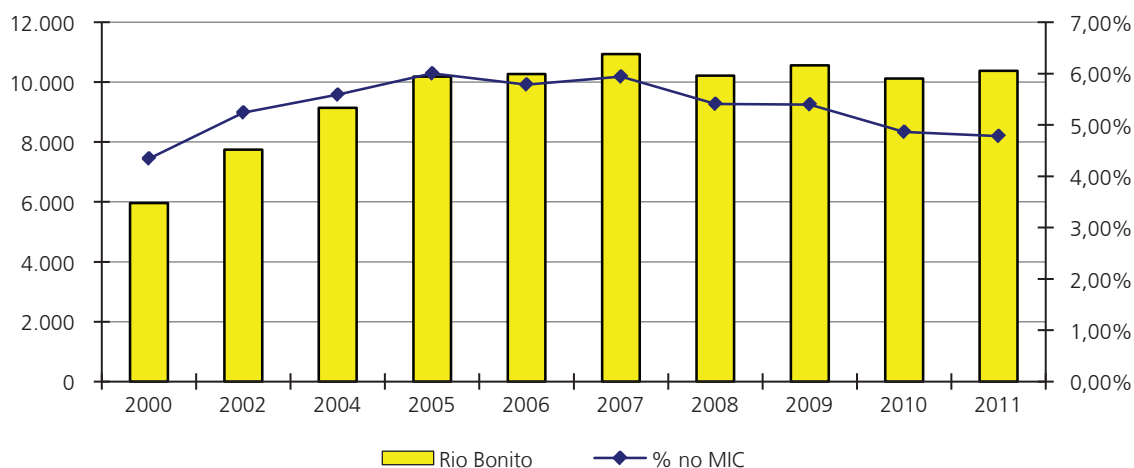
Bonito, verifica-se um crescimento da ordem de 74% entre os anos de 2000 e 2011. Isso é, um aumento de 4.412 postos de trabalho, passando do montante de 5.961, em 2000, para 10.373 empregos em 2011. Com isso, a participação dos empregos gerados por PMEs em Rio Bonito no total de empregos criados por empresas similares no conjunto de municípios influenciados diretamente pelo Comperj cresceu de 4,34% para 4,78% entre os anos 2000 e 2011. Em comparação com os MIC no ano 2011, Rio Bonito registrou a quinta posição em termos de maior número de empregos gerados por PMEs, ficando atrás de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Magé.

Evolução do número total de PMEs no município de Rio Bonito entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

Evolução do total de empregos gerados pelas PMEs no município de Rio Bonito entre 2000 e 2011



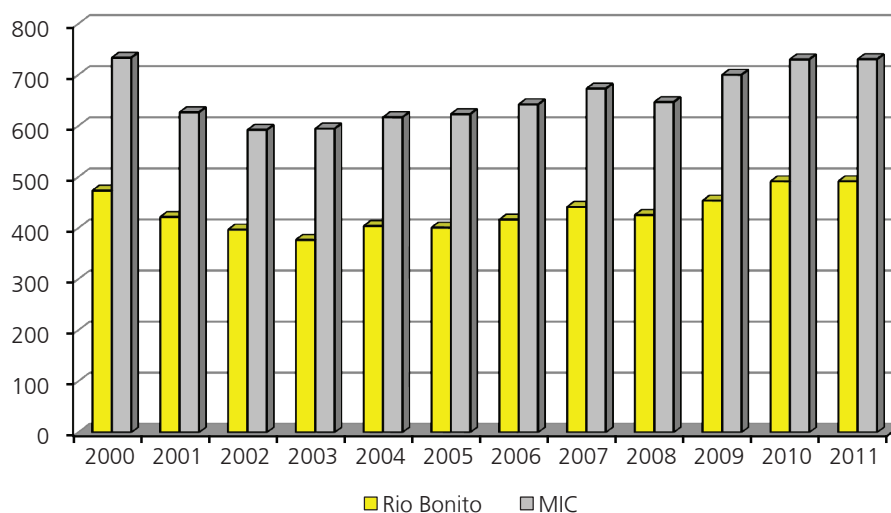
Fonte: Rais (MTE).

O consumo de eletricidade *per capita* apresentou crescimento de 3,8%, entre 2000 e 2011, no município de Rio Bonito, o que significa um crescimento superior à média dos municípios da área de influência do Comperj (MIC) (-0,4%). Em comparação com os demais municípios da região, Rio Bonito posicionou-se em oitavo lugar em termos de consumo *per capita* de energia no ano de 2011, registrando um consumo de 492KWh por habitante, que é bastante inferior à média dos MIC (731KWh por habitante).

O município de Rio Bonito apresentou uma situação de relativo *superávit* orçamentário em 2011, ou seja, as receitas foram superiores às despesas públicas em 13%. Os municípios da área de influência do Comperj (MIC), no entanto, registraram *superávit* orçamentário de 8% em 2011, ao passo que no Estado do Rio de Janeiro houve registro de um *superávit* de 11%. Ao longo do período 2000-2011, o *superávit* fiscal do município de Rio Bonito se elevou em 13 pontos percentuais, enquanto para o total dos MIC houve

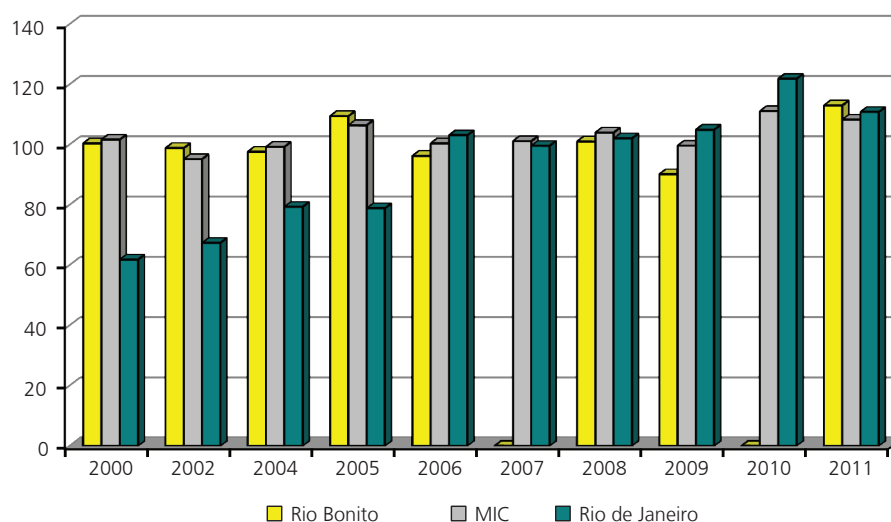
aumento do *superávit* em sete pontos percentuais em 2011, evidenciando um crescimento mais pronunciado das receitas. Em comparação com os demais municípios analisados no ano de 2011, Rio Bonito posicionou-se em quarto lugar em termos de maior *superávit* orçamentário, ficando atrás de Casimiro de Abreu, Tanguá e Itaboraí.

Evolução do consumo *per capita* de eletricidade (KWh/habitante) no município de Rio Bonito e na região dos MIC entre 2000 e 2011



Fonte: Ceperj/Aneel.

Evolução do equilíbrio orçamentário no município de Rio Bonito, na região dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2011



Fonte: Finbra – STN, 2000-2011.

A análise dos investimentos feitos pelos municípios em relação ao tamanho de suas populações (investimento *per capita*) mostra que o município de Rio Bonito apresentou um investimento *per capita* em torno de R\$ 88,00 em 2011, que é inferior à média dos MIC (R\$ 92,50) e abaixo da taxa registrada no Estado do Rio de Janeiro (R\$ 247,80). O município posicionou-se em sétimo lugar em termos de maior investimento *per capita* em 2011.

Nesta meta, destaca-se o indicador referente à taxa de mortalidade geral,

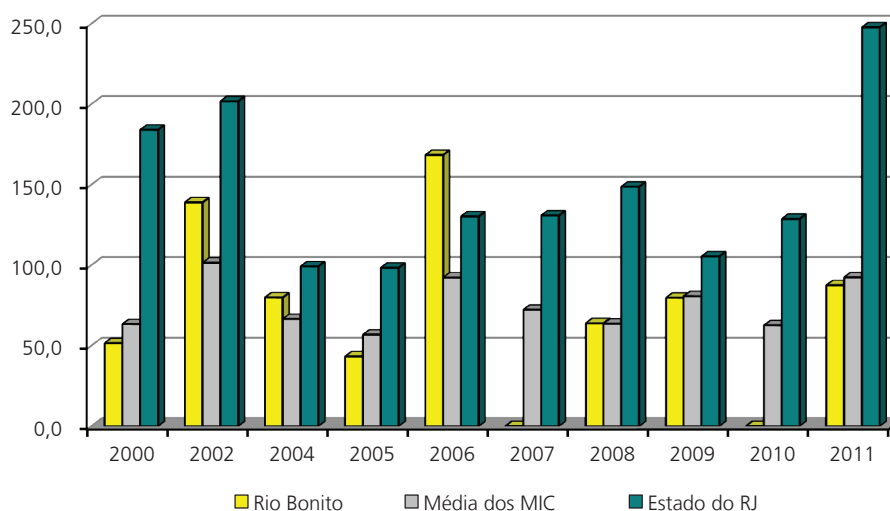
pois este é um indicador das condições gerais de saúde de uma população e está diretamente relacionado às condições materiais de vida. Assim, a mensuração deste indicador é uma forma aproximada de análise da infraestrutura existente em uma determinada área.

No município de Rio Bonito a taxa de mortalidade geral apresentou pouca variabilidade no período de 2000 a 2011. Houve pequenos aumentos e decréscimos durante o período, variando de 7,05 (por mil habitantes) em 2008 a 8,21 (por mil habitantes) em 2005.

Entre 2000 a 2007, verificam-se pequenas reduções e aumentos. Em 2008 ocorre redução da taxa, seguida de aumento até 2010 e redução em 2011.

As taxas de Rio Bonito apresentaram-se na maior parte do período de 2000 a 2011 acima das médias dos MIC, exceto nos anos 2002, 2009 e 2011. Entretanto, no período de 2000 a 2004 e no ano 2010, a taxa municipal foi superior à média encontrada no Estado do Rio de Janeiro. No período de 2005 a 2009 e no ano 2011 a taxa de Rio Bonito apresentou-se abaixo da taxa estadual.

Evolução do investimento *per capita* no município de Rio Bonito, na região dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2011



Fonte: Finbra – STN, 2000-2011.

Nesta meta, um dos indicadores destacado é a mortalidade por acidentes de transporte, pois esse tipo de acidente mata 1,2 milhão de pessoas ao ano, com uma média de 3.242 pessoas todo dia. Nesta meta também se resalta o indicador de mortalidade por agressões, pois a violência é uma das principais causas de morte na população de idade compreendida entre 15 e 44 anos e responsável por 14% das mortes na população masculina e 7% na feminina. Além disso, causam lesões incapacitantes em 20 a 50 milhões de pessoas por ano, são a 11ª causa de mortes e causam 2,1% das mortes no mundo.

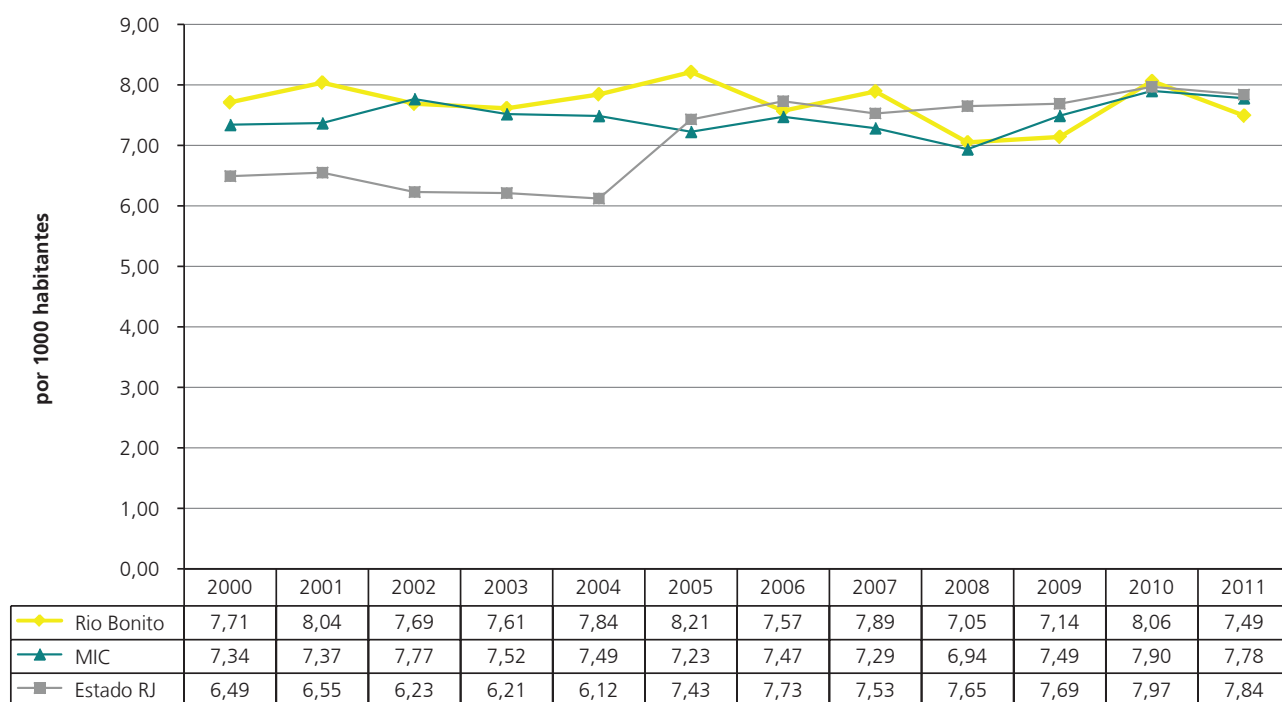
No município de Rio Bonito a taxa de mortalidade por acidentes de transporte apresentou variabilidade no pe-

ríodo de 2000 a 2011. Entre 2000 a 2006, nos três primeiros anos observou-se instabilidade nas taxas. A maior taxa do triênio foi encontrada em 2001 (62,05 por 100 mil habitantes), sendo esta também a maior de todo o período analisado. No segundo triênio observou-se uma tendência de redução nas taxas, diminuindo de 42,25 em 2003 para 29,43 em 2005. No último triênio observou-se uma tendência ascendente nas taxas, aumentando de 20,92 em 2006 para 29,63 por 100 mil habitantes em 2008. Em 2009 e 2010 houve redução nas taxas, sendo a taxa de 2010 (21,68 por 100 mil habitantes) a segunda menor taxa de todo o período. Em 2011 ocorre novo aumento da taxa.

No período de 2000 a 2006 as taxas de Rio Bonito encontravam-se

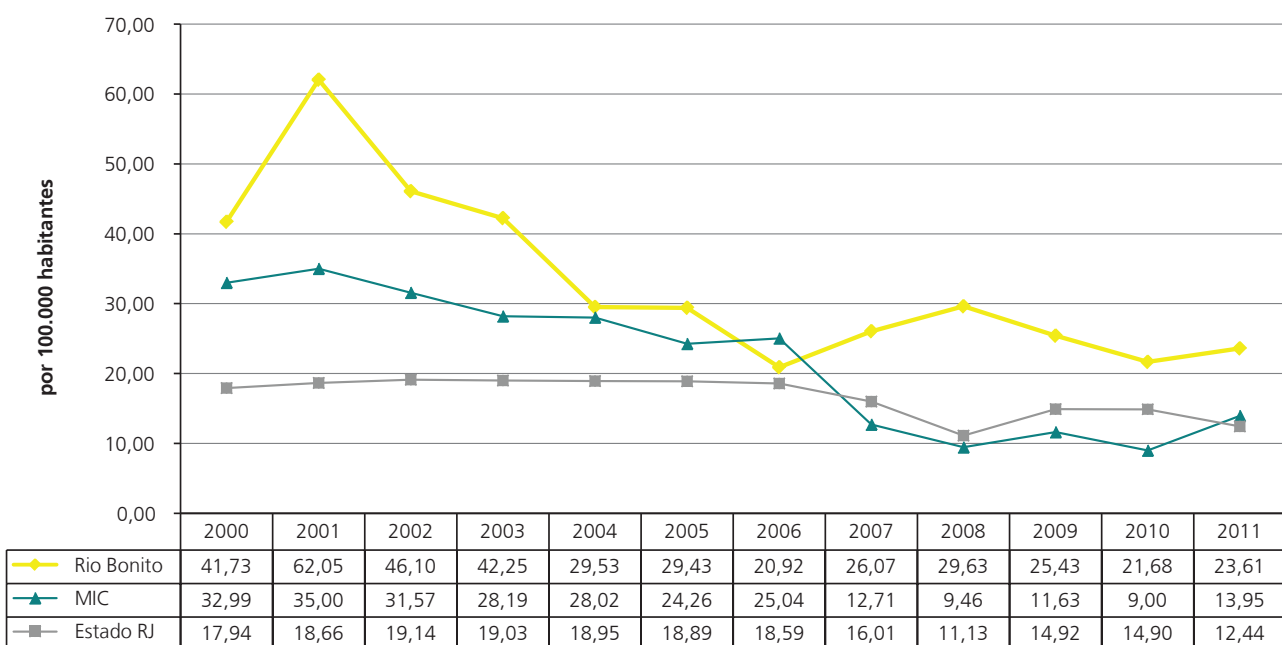
acima das médias das do conjunto de municípios de influência do Comperj, exceto em 2006. De 2007 até 2011 o município apresentou taxas bem mais elevadas que a região, sendo o risco de morte por acidentes em 2008 no município, quase o triplo da região. As taxas de Rio Bonito apresentaram-se durante todo o período de 2000 a 2011 acima das médias do Estado do Rio de Janeiro.

Taxa de mortalidade geral padronizada. Município de Rio Bonito. Período 2000 a 2011



Fonte: SIM/Datasus.

Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito padronizada - Município de Rio Bonito. Período 2000 a 2011



Fonte: SIM/Datasus.

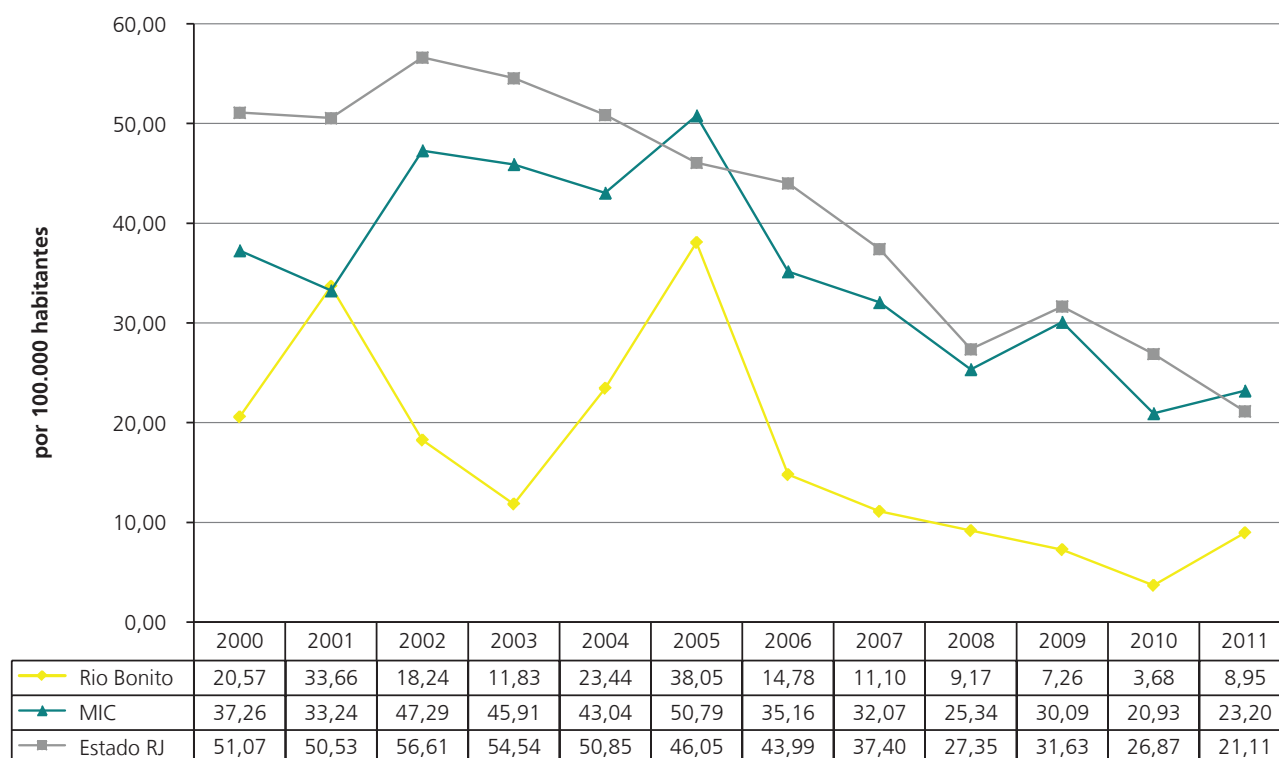
A ocorrência de mortes violentas nos espaços urbanos vem sendo associada a alguns fatores existentes nesses ambientes como: concentração populacional elevada, desigualdades na distribuição de riquezas, iniquidade na saúde, impessoalidade das relações, alta competição entre os indivíduos e grupos sociais, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, abuso de álcool, impunidade, tráfico de drogas, estresse social e baixa renda familiar. A violência é uma das principais causas de morte na população de idade compreendida entre 15 e 44 anos e é responsável por 14% das mortes na população masculina e de 7% na feminina

No município de Rio Bonito a taxa de mortalidade por agressões apresentou variabilidade no período de 2000 a 2011. Entre 2000 a 2006, nos três primeiros anos observou-se também instabilidade nas taxas. A taxa mais alta nesse triênio foi encontrada no ano 2001 (33,66 por 100 mil habitantes). No segundo triênio observou-se uma tendência ascendente das taxas, aumentando de 11,83 em 2003 para 38,05

em 2005, sendo esta a maior taxa de todo o período analisado. Em seguida, a partir do ano de 2006 até 2010, a taxa teve tendência de redução, sendo a menor taxa de todo o período analisado encontrada em 2010 (3,68 por 100 mil habitantes). Em 2011 ocorre novo aumento na taxa.

Durante todo o período as taxas de Rio Bonito encontravam-se abaixo das médias da região do conjunto de municípios de influência do Comperj, exceto em 2001. As taxas de Rio Bonito apresentaram-se durante todo o período de 2000 a 2011 bem abaixo das médias do Estado do Rio de Janeiro.

Taxa de mortalidade por agressões padronizada - Município de Rio Bonito. Período 2000 a 2011



Fonte: SIM/Datasus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P; FARIA, C. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário.** Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Abep, Caxambu, 1998.

ALFONSIN, B. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras.** Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1997.

AMARAL, D; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, R. **O Leste Fluminense, o COMPERJ e a questão urbano-habitacional.** In: OLIVEIRA, F. L.; COSTA, S. M.; CARDOSO, A. L. Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: s. n., 2007.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A Qualidade do Ensino na Escola Pública.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BIENENSTEIN R.; AMARAL, D. **Regularização fundiária plena em terras da união: Desafios e perspectivas.O caso do assentamento Vila Esperança, São Gonçalo - RJ - Brasil.** Trabalho apresentado no XIII ENAnpur, 2009.

BIENENSTEIN, R. **Redesenho urbanístico e participação social em processos de regularização fundiária.** Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

BOLAFFI, G. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema.** Em: MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade). São Paulo, Alfa-Omega, p. 37-70, 1982.

BONDUKI, N. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida.** Teoria e Debate, v. 82, 2009.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** Arq. urb–Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, Nº1, 2008.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf. Acesso em 10 de mai. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos do Ministério das Cidades: Habitação. **Política Nacional de Habitação.** Caderno 4. Brasília, DF: Governo Federal, 2004. (Série de Cadernos MCidades)

CARDOSO, A. **Habitação de interesse social: política ou mercado? reflexos sobre a construção do espaço metropolitano.** Trabalho apresentado no XIV ENANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, A. **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído-ANTAC, 2007.

CARDOSO, A. **Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas.** IPPUR/UFRJ: MON, v. 17, 2006.

CARDOSO, A. **Política nacional de urbanização e regularização de assentamentos precários,** Ministério das Cidades, Brasília, DF, 2003.

CAVALLIERI, F.; OLIVEIRA, S. **"A melhoria das condições de vida dos habitantes de assentamentos precários no Rio de Janeiro: uma avaliação preliminar da Meta 11 dos Objetivos do Milênio."** Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

CDC. **Centers for Disease Control, Dengue.** Acesso 27 abril de 2011. <http://www.cdc.gov/dengue/epidemiology/index.html>.

DONALÍSIO, M. R.; GLASSER, C. M. **Vigilância Entomológica e Controle de Vetores do Dengue**. Rev. Bras. Epidemiol. 2002; 5(3):259-272.

DUARTE, S. **Direito à moradia, políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional: os desafios do Programa Minha Casa, Minha Vida**. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2011.

ELALI, G. **Mais do que paredes: algumas considerações sobre aspectos subjetivos da habitação**. II Congresso Brasileiro e I Ibero americano Habitação Social – Ciência e Tecnologia. Florianópolis, 2006.

FERNANDES, E. **Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas**. XV, p. 597-616, 2007.

FERNANDES, E. **A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil. Direito urbanístico. Estudos Brasileiros e Internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey/Lincoln Institute, p. 3-23, 2006.

FIX, M. **Financeirização e Transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FIX, M.; ARANTES, P. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida**. Correio da Cidadania, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA DO AMBIENTE, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA. **O estado do ambiente** - Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro 2010. Rio de Janeiro - SEA/INEA – 2011.

HONÓRIO, N. A.; SILVA, W. C.; LEITE, P. J.; GONÇALVES, J. M.; LOUNIBOS, L. P.; LOURENÇO-DE-OLIVEIRA, R. **Dispersal of *Aedes aegypti* and *Aedes albopictus* (Diptera: Culicidae) in an urban endemic dengue area in the state of Rio de Janeiro, Brazil**. Mem Inst Oswaldo Cruz 2003; 98:191-8.

HONÓRIO, N. A.; CASTRO, M. G.; BARROS, F. S. M.; MAGALHÃES, M. A. F. M.; SABROZA, P. C. **The spatial distribution of *Aedes aegypti* and *Aedes albopictus* in a transition zone, Rio de Janeiro, Brazil**. Cad. Saúde Pública 2009; 25(6): 1203-1214.

HWA, Chou Sin e HORA, Monica de G. Massera - **Projeto Macacu – Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu**, Rio de Janeiro: FEC/UFF, PETROBRÁS AMBIENTAL, 2009 e 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008**.

LAGO, L. **Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana**. Cadernos Metrópole ISSN 2236-9996, n. 09, p. 119-133, 2003.

LAGO, L. **Política urbana e a questão habitacional: novas tendências face à crise econômica brasileira**. Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano VI, n. 1, p. 41-47, 1992.

LIMA, A. **Gestão urbana e políticas de habitação social: Análise de uma experiência de urbanização em favelas**. Annablume, 2012

LÜDCKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARICATO, E. **"O impasse da política urbana no Brasil"**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, E. **A nova política nacional de habitação**. O Valor, 2005.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. Atual, 1998.

MARQUES, E. **"Assentamentos precários no Brasil urbano."** Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

MEDRONHO, R. **Dengue e o ambiente urbano.** *Rev Bras Epidemiol* 2006; 9: 159-161.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual nacional de vigilância laboratorial da tuberculose e outras micobactérias / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica.** – Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 436 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portal da Saúde.** http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31115 (acesso: 30 de novembro 2012).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO. **Proposta de Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB.** Brasília – abril/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. **Plano municipal de saneamento básico** – Relatório Base - Gerencial Consultoria e Participações – maio/2010.

RIBEIRO, L.C.; AZEVEDO, S. **A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses.** A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro, *Editora UFRJ*, 1996.

RIBEIRO, L.C. **Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação.** SILVA, A. Machado da (Org.) Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: *Zahar*, 1982.

ROLNIK, R. (Org.) **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida:** implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: *Ministério das Cidades*, 2010.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R. **"Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social."** Vol. 29. *POLIS*, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas.** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS** – 2009 e 2010 – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2011.

TAUIL, PL. **Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil.** *Caderno de Saúde Pública*; 2002;18(3): p.867-71.

VALLADARES, L. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** *Zahar Editores*, 1978.

WHO, World Health Organization - **Global Alert and Response. Impact of Dengue.** Acesso 27 abril de 2011 <http://www.who.int/csr/disease/dengue/impact/en/>

WITAKER, J. S. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil Urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. *Editora FUPAM*. 1ª edição: São Paulo, 2012.

REALIZAÇÃO



ISBN 978-85-228-0924-0



9 788522 809240